

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO

Nathália Fernandes do Prado

**ACESSIBILIDADE EM EVENTOS:**

*Uma análise do V Congresso Brasileiro de Comunicação Alternativa*

Porto Alegre

2014

Nathália Fernandes do Prado

**ACESSIBILIDADE EM EVENTOS:**

*Uma análise do V Congresso Brasileiro de Comunicação Alternativa*

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção de título de Bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Relações Públicas ao Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientação: Prof<sup>a</sup>. Ms. Ana Cristina Cypriano Pereira

Porto Alegre

2014

*Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para realização deste trabalho e para minha formação, como pessoa e profissional.*

*Dedico este trabalho aos meus pais, namorado, família, amigos e a minha orientadora, que foram incalçáveis no apoio e carinho ao longo desta jornada.*

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Entrada acessível auditório Van Gogh (FAURGS).....	47
Figura 2 – Espaço reservado para pessoas com deficiência .....	48
Figura 3 – Audiodescrição página Facebook .....	49
Figura 4 – Cartazes de Sinalização do Congresso .....	51
Figura 5 – Central de informações, ao fundo cartazes em Comunicação Alternativa .....	52
Figura 6 – Programação do evento em Braille .....	52
Figura 7 – Programação do evento em fonte ampliada.....	53
Figura 8 – Reprodução do Hino Nacional em pictogramas na cerimônia de abertura do evento.....	55
Figura 9 – Mapa Tátil da cidade de Gramado .....	57
Figura 10 - Mapa da região central de Gramado em formato Braille e tátil .....	57
Figura 11 - Mapa Tátil do Centro de Eventos da FAURGS .....	59
Figura 12 – Totem Acessível.....	60

## RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar os recursos de acessibilidade em eventos e discutir de que forma tais recursos permitem às pessoas com deficiência acesso a diversos tipos de acontecimentos. Ao longo do estudo se reflete sobre o papel do profissional de Relações Públicas no planejamento e organização de eventos e, conseqüentemente, na responsabilidade que assumem sobre o atendimento das diversidades para o acesso e participação das pessoas com deficiência. Diante da importância social de tal temática, propõe-se um estudo que contribua para o exercício profissional das Relações Públicas, bem como a todo o campo da Comunicação Social, agregando reflexões para a prática do tema. Ao longo da revisão bibliográfica foram abordados conceitos como deficiência, acessibilidade, planejamento e organização de eventos e Relações Públicas. Para elaboração deste estudo, foi realizada, também, uma pesquisa qualitativa na qual se utilizou a técnica do estudo de caso. O V Congresso Brasileiro de Comunicação Alternativa, serviu de embasamento para este trabalho e, a partir dos resultados obtidos por tal estudo, entende-se que é possível à realização de eventos acessíveis a todas as pessoas, mediante planejamento, organização, utilização de recursos de tecnologia assistiva bem como do conhecimento dos objetivos e públicos do mesmo.

**Palavras-chave:** Comunicação, Relações Públicas, Eventos, Acessibilidade, Pessoas com Deficiência.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2 DEFICIÊNCIA E INCLUSÃO SOCIAL .....</b>	<b>9</b>
2.1 ACESSIBILIDADE: TIPOS E RECURSOS .....	16
2.2 A LEGISLAÇÃO PROMOVENDO CONQUISTAS .....	22
<b>3 RELAÇÕES PÚBLICAS: A ARTE DE RELACIONAR .....</b>	<b>28</b>
3.1 A FERRAMENTA EVENTOS.....	28
3.2 PÚBLICOS E SEUS CONTEXTOS .....	35
<b>4 ACESSIBILIDADE EM EVENTOS: O CASO DO V CONGRESSO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA.....</b>	<b>41</b>
4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	41
4.2 O EVENTO: V CONGRESSO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA.....	43
4.3 RECURSOS DE ACESSIBILIDADE: OBSERVAÇÃO V CONGRESSO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA.....	45
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>62</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>67</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>74</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As pessoas com deficiência vêm conquistando atenção para os seus direitos em sociedade. Em sua luta constante pelo fim da discriminação e pela igualdade de direitos, essas pessoas têm constituído um segmento da sociedade, que tem participado das atividades sociais. Tais sujeitos anseiam ter a mesma condição de acesso e oportunidade de qualquer sujeito, para que possam com suas próprias experiências construir sua identidade, a partir de interpretações particulares de momentos vivenciados no cotidiano.

Atualmente diversas pesquisas apontam que as pessoas com deficiência vêm conquistando espaço nas mais diversas esferas da vida social, como no mercado de trabalho, no campo acadêmico, além das esferas culturais e de lazer, mostrando que podem ser uma população economicamente ativa e importante para o sucesso das mais diferentes organizações. Diante desta realidade, empresas privadas, órgãos públicos e o Estado perceberam a necessidade de estarem preparados para receber qualquer sujeito, priorizando o atendimento de suas necessidades, sejam elas quais forem. Essas necessidades estendem-se desde os meios arquitetônicos até os meios de comunicação e obtenção de informação.

Não diferente do restante da sociedade, com o poder proporcionado pelas redes sociais virtuais, de receber e emitir informações, essas pessoas estão cada vez mais exigentes no que tange ao posicionamento e atitude das organizações. A sociedade em um geral encontra-se em um momento de criticidade, onde as organizações precisam voltar toda sua atenção para os públicos e, principalmente, para as expectativas que se estabelecem dessa relação.

Em face deste cenário, os profissionais de Relações Públicas acabam sendo requisitados para estruturar as políticas organizacionais no que diz respeito ao relacionamento com os públicos das instituições e suas estratégias. Buscando sempre gerar uma imagem positiva no público, o profissional,

através de planejamentos estratégicos utiliza diversas ferramentas para que os objetivos da organização, perante seus públicos, sejam atingidos com sucesso e eficácia. Dentre as diversas ferramentas existentes, os eventos vêm ganhando destaque e já figuram entre as opções mais escolhidas por esses profissionais.

Com o potencial de aperfeiçoar os laços existentes entre a instituição e seus públicos, o evento, quando bem planejado e organizado, gera emoções e cria significados para os participantes aos quais se destina. No entanto, é fundamental, para planejar um evento, o conhecimento aprimorado do seu público-alvo. Essa informação é essencial, pois com o conhecimento das características do público, é possível entender suas necessidades e atendê-las. Caso contrário, o evento pode não atingir os resultados esperados, por não atender as necessidades prioritárias deste público-alvo.

Tendo em vista essa realidade e a importância social do tema, este trabalho propõe uma reflexão acerca da acessibilidade e de sua promoção, principalmente nos espaços e atividades de realização de eventos. O presente estudo busca, portanto, trazer contribuições ao campo acadêmico e prático no que tange a promoção da acessibilidade em um dos campos de atividade do profissional de Relações Públicas.

Com o objetivo principal de descrever e analisar a aplicação de recursos de acessibilidade em eventos e a forma com que esses recursos permitem às pessoas com deficiência acesso a esses acontecimentos, este trabalho busca proporcionar, também, uma reflexão sobre o papel do profissional de Relações Públicas no planejamento e organização destes eventos. Para realização dessa análise, foi realizado um Estudo de Caso do *V Congresso Brasileiro de Comunicação Alternativa*, ocorrido entre os dias 2 e 4 de setembro de 2013, na cidade de Gramado, estado do Rio Grande do Sul. Foi utilizada, como metodologia para tal estudo, a pesquisa bibliográfica, que embasou o referencial teórico deste trabalho, e a pesquisa qualitativa que se utilizou da técnica de estudo de caso para observar os recursos de acessibilidade do evento que serviu de objeto para esta análise.

O primeiro capítulo é destinado à discussão dos conceitos de deficiência, acessibilidade, abordando as questões que envolvem ambos. Tal capítulo apresenta uma relação de conceitos médicos e sociais do que é a

deficiência e como ela se caracteriza. Ainda neste momento, é traçado um histórico, relatando as fases que as pessoas com deficiência viveram até chegarem aos dias atuais, onde vivem uma realidade de integração e inclusão, ainda não plenamente definida. No presente capítulo são apresentados, também os tipos de acessibilidade e os recursos disponíveis para proporcionar a igualdade de participação das pessoas com deficiência em sociedade. Ao final, são abordadas as conquistas que a legislação promoveu, além de um panorama atual sobre leis e normativas no que diz respeito à acessibilidade e a inclusão social desses sujeitos.

No capítulo seguinte a temática abordada são os eventos, as Relações Públicas e seus profissionais. Discute-se o evento como ferramenta de planejamento estratégico organizacional e a necessidade de as organizações se voltarem para seus públicos e observarem suas expectativas em face de sua relação com as instituições. Em tal capítulo, são abordados ainda os tipos de eventos, a importância do planejamento e organização para execução eficaz de tais acontecimentos e a essencialidade de atender as necessidades do público-alvo para o sucesso de um evento.

O quarto capítulo compreende a abordagem dos procedimentos metodológicos utilizados para tal pesquisa e o capítulo subsequente relata a análise realizada ao longo do evento que serviu de objeto para este estudo e seus resultados. Por fim, o último capítulo destina-se as considerações finais e fechamento do trabalho.

## 2 DEFICIÊNCIA E INCLUSÃO SOCIAL

Segundo a Organização Mundial da Saúde, em ideia discutida ao longo de diversos anos, a deficiência refere-se a um problema na função ou estrutura corporal do indivíduo, podendo, esse problema, existir em nível de perdas ou desvios nessas estruturas. Ainda de acordo com as definições apresentadas pela OMS<sup>1</sup> o conceito de deficiência difere do conceito de incapacidade, sendo este último definido como “os aspectos negativos da interação entre um indivíduo e seus fatores contextuais” (BUCHALLA, NUBILA, 2008, p. 330). Isto é, a deficiência está relacionada a questões físicas do indivíduo, enquanto a incapacidade pode ser definida pelo indivíduo e pelo contexto no qual ele se encontra.

As deficiências possuem diferentes tipos e classificações. Dischinger, Ely e Piardi (2012) as dividem em quatro tipos: as físico-motoras, as sensoriais, as cognitivas e as múltiplas. As deficiências físico-motoras são aquelas que alteram a capacidade de motricidade do indivíduo, devido à perda da estrutura ou da função dos membros superiores ou inferiores, afetando, assim, a força física, coordenação motora, precisão e mobilidade do sujeito.

A deficiência sensorial é relativa à anormalidade dos sistemas de percepção do indivíduo, sendo esses sistemas os de orientação, háptico, visual, auditivos e paladar-olfato<sup>2</sup>. A deficiência visual é aquela que afeta a capacidade de enxergar, a deficiência auditiva a que afeta a capacidade de perceber estímulos sonoros, as deficiências de orientação e háptico as que alteram a capacidade de equilíbrio do sujeito e a deficiência de paladar-olfato a que afeta a capacidade de percepção de estímulos do paladar e do olfato.

---

<sup>1</sup> As discussões para revisão dos conceitos de deficiência, incapacidade e funcionalidade originaram a CIF (Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde) que é um documento que aborda conceitos relacionados à essa temática.

<sup>2</sup> No Brasil, os sistemas de percepção reconhecidos legalmente são apenas o visual e auditivo. Contudo, para o estudo realizado e de acordo com Dischinger, Ely e Piardi (2012), os sentidos da orientação, háptico e paladar-olfato influem na realização eficaz de diversas atividades e, portanto, também devem ser considerados no estudo em questão.

A deficiência cognitiva, também chamada de intelectual, é relativa à compreensão e tratamento de informações recebidas, afetando os processos de aprendizagem do indivíduo, a sua comunicação, além das habilidades de concentração, memória e raciocínio. Por fim, a deficiência múltipla é o conjunto de duas ou mais deficiências, conforme as citadas anteriormente.

Afastando-se um pouco da ideia puramente técnica do conceito, Amaral (1998) define a deficiência, em um dos seus critérios, como um desvio ou alteração da vocação natural do metabolismo do ser humano:

É inegável que a espécie humana tem na “vocação” de sua forma/função a existência de determinadas características, como, por exemplo, peculiaridades de metabolismo que se correlacionam a órgãos específicos, uma estrutura própria, olhos que vêem, ouvidos que ouvem, membros que se movimentam e praticam ações como pegar, andar, sentar, etc. – tudo isso, em princípio, sem o auxílio de equipamentos ou recursos específicos e especiais. Qualquer alteração de maior monta nessa “vocação” caracteriza a pessoa que vive essa condição como significativamente diferente, desviante, anormal e com deficiência (AMARAL, 1998, p. 14).

É importante ressaltar que esse desvio de vocação ou incapacidade pode se dar por um quadro de deficiência permanente, como por exemplo, a deficiência visual, física, auditiva, motora, mental e etc., mas também pode ser provocado por uma condição passageira, como uma gravidez ou uma lesão temporária, ou ainda por uma diminuição de certas capacidades, tais como as capacidades motoras, em casos de idosos e crianças. Como apontam Dischinger, Ely e Piardi (2012),

[...] além dessas pessoas [com deficiência], devemos pensar que qualquer um está sujeito, em algum momento de sua vida, a enfrentar dificuldades para a realização de atividade devido a acidentes, doenças ou, simplesmente, pelo processo natural de envelhecimento. Utilizar transporte público e passar por uma roleta quando se é obeso, usar um terminal bancário com eficiência tendo dificuldades de visão e mobilidade devido à idade avançada, ou atravessar uma rua mal pavimentada com um carrinho de bebê, são exemplos de dificuldades que podem atingir qualquer um (DISCHINGER; ELY; PIARDI, 2012, p. 11).

No entanto, apesar de a pessoa com deficiência possuir uma anormalidade ou perturbação no nível do órgão que a impede de realizar alguma atividade do mesmo modo que uma pessoa sem deficiência é praticamente senso comum, que o maior prejuízo ao desenvolvimento das

peças com deficiência ainda é o preconceito e a falta de condições ideais para a plenitude de sua inclusão na sociedade. Conforme Dischinger, Ely e Piardi (2012), essa é uma das principais barreiras que a inclusão encontra, pois é difícil superar atitudes de preconceito e discriminação já enraizadas na sociedade e reafirmados pela falta de recursos para promovê-la. Vygotsky (1998, *apud* CAVALCANTE; FERREIRA, 2011), acredita que a cultura é um dos motores que propulsiona o preconceito, pois é construída com base em um padrão de normalidade que acaba por criar diversas barreiras para inclusão social e cultural efetiva das pessoas com deficiência na sociedade. O autor ressalta ainda que a anormalidade da estrutura ou função não deve ser relevante e determinante no desenvolvimento histórico-cultural do indivíduo e que não se pode limitar as condições de participação desses sujeitos devido à sua deficiência, pelo contrário, devem-se fornecer os subsídios adequados a fim de buscar plenitude em sua participação social.

Até pouco tempo atrás, cerca de 50 anos, entendia-se que a obrigação do Estado e da sociedade diante da pessoa com deficiência, era oferecer tratamento e condições para sua reabilitação à sociedade, ao mercado de trabalho, à educação, entre outros. A ideia que se tinha era de que a pessoa com deficiência deveria se adequar à sociedade do modo como ela era, sem que essa sociedade buscasse se adaptar à condição de cada sujeito. Durante muito tempo essa visão foi baseada e protegida pelo conceito que se tinha da deficiência, vista como uma condição de anormalidade e fora dos padrões considerados corretos (SASSAKI, 2006).

O modelo médico da deficiência é um exemplo dessa visão e afirmava que às pessoas com deficiência era assegurado o direito a tratamentos médicos, psicológicos e funcionais, a fim de que elas pudessem se integrar ou reintegrar à sociedade. De acordo com Sasaki (2006), a respeito do modelo médico de deficiência, “a pessoa deficiente é que precisa ser curada, tratada, reabilitada, habilitada, etc. a fim de ser adequada à sociedade como ela é, sem maiores modificações.” (SASSAKI, 2006, p. 29). Isto é, às pessoas com deficiência era reservada a “cura”, através de diversos tipos de tratamentos, cura essa que pudesse proporcionar, ao cidadão com deficiência, maior proximidade possível do que era considerado normal e padrão na sociedade. Esse comportamento nada mais era do que o reflexo da visão assistencialista

da época, que entendia como necessário proporcionar diversos tipos de tratamentos médicos para que esses sujeitos pudessem ser integrados à sociedade.

Essa necessidade da cura se deu em grande parte, pois a deficiência era (e ainda é vista) e discutida sempre em comparação com a saúde e a doença. Em relação a este comparativo da normalidade versus deficiência, Rosita Edler Carvalho afirma:

A importância que tem sido atribuída às causas da deficiência, com ênfase para os componentes orgânicos, gerou uma rede de significações que associa deficiência com doença. Essa associação obedece a estereótipos sociais muito estruturados em torno da normalidade como sinônimo de saúde e da deficiência como desvio, estigma, decorrente de patologias. (CARVALHO, 2007, p. 54).

Passados alguns anos, a prática da integração começou a ganhar espaço na sociedade e as pessoas com deficiência foram conquistando novas oportunidades. Longe ainda do esperado, a partir da década de 70, as pessoas com deficiência começaram a entender que deveriam ter seus espaços na sociedade e que o assistencialismo e a proteção, oferecidos até então pelo Estado, já não eram suficientes para promover o desenvolvimento possível, e com isso, esses sujeitos passaram a ser integrados em escolas, no mercado de trabalho e nos espaços culturais.

Ainda sem atender as condições necessárias para sua adaptação, essas pessoas saíam dos espaços segregados em que viviam e eram integradas à sociedade, que não oferecia a elas os subsídios necessários para um convívio social adequado e de igualdade perante as outras pessoas. Segundo estudiosos da área, o ano de 1981, foi um marco que dividiu em dois momentos a história da inclusão das pessoas com deficiência, pois declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como ano internacional das pessoas deficientes, o movimento e reivindicações desse grupo ganharam holofotes e atenção. (BRASIL, 2010).

Atualmente vivemos um novo tempo na história da inclusão da pessoa com deficiência na sociedade. Há um entendimento de uma parcela maior da sociedade de que não basta simplesmente integrar essas pessoas à sociedade sem oferecer a elas a estrutura necessária para a vida autônoma. Assim, sabe-se que é preciso proporcionar as condições ideais para que possam se

desenvolver e conviver em sociedade com dignidade e igualdade. Segundo os profissionais que trabalham com a deficiência, seja de modo direto ou indireto, a independência e a autonomia são aspectos fundamentais para a inclusão e desenvolvimento das pessoas com deficiência.

De acordo com Sasaki (2006), a autonomia refere-se à condição de domínio que o sujeito exerce sobre o ambiente físico e social no qual está inserido, sendo esse controle realizado respeitando a sua privacidade e dignidade. O grau de autonomia de determinado espaço será dado pela prontidão do sujeito que o utiliza, mas principalmente, pela realidade que o espaço, seja físico ou social, apresenta. Já a independência é a possibilidade de decidir, de ir e vir, e realizar as tarefas do cotidiano sem depender de outras pessoas, isto é, a possibilidade de a pessoa com deficiência tomar uma decisão sem depender do auxílio de familiares, profissionais, etc. Esses dois critérios são de extrema importância, se quisermos pensar em uma inclusão efetiva e um desenvolvimento igualitário para essas pessoas diante do restante da sociedade.

Apesar de extremamente importantes, as questões citadas acima não são as únicas necessidades para uma inclusão efetiva, embora se possa afirmar que são essenciais. A dificuldade mais premente dos processos de inclusão e participação social ainda é a dificuldade de compreensão de que, como os demais sujeitos, as pessoas com deficiência necessitam da interação e da troca com os outros e com os ambientes ao seu redor, pois são essas relações que permitirão ao sujeito com deficiência, entender seu contexto e formar sua identidade, assim como os demais indivíduos. Como coloca Carlo (*apud* CAVALCANTE; FERREIRA, 2011), afastar os sujeitos do meio social em que vivem e privá-los de interações sociais faz com que esses indivíduos não recebam a cultura necessária para seu desenvolvimento. Cavalcante e Ferreira (2011) entendem essa necessidade, pois “a relação com diferentes *outros* permite a vivência e a experiência da vida social e, conseqüentemente, a formulação da síntese singular e individual que caracteriza a subjetividade de cada pessoa” (CAVALCANTE; FERREIRA, 2011, p. 48, grifo dos autores). Apesar disso, as pessoas com deficiência ainda são vistas como sujeitos que formam uma identidade coletiva, ou seja, a identidade das pessoas com deficiência visual ou das pessoas com deficiência física, contudo é fundamental

ressaltar que “cada pessoa é única no seu modo de pensar, querer, sentir, portanto, não se devem igualar as pessoas por suas características, mas respeitar seu direito de ser diferente” (MOURA; ALVES; FERREIRA, 2011, p. 6).

As pessoas com deficiência são, em grande parte das vezes, privadas dessas interações devido às barreiras físicas e atitudinais da sociedade, em suas mais variadas esferas. Essas barreiras são perceptíveis em várias situações do cotidiano, isto é, a pessoa com deficiência física que não pode utilizar o transporte público com autonomia e segurança, o sujeito cego ou com deficiência visual que não tem a oportunidade de visitar uma exposição de arte, entre diversos outros exemplos, que demonstram a precariedade de trocas e interações que o cidadão com deficiência encontra no seu dia a dia. Com essas dificuldades de realizar trocas, uma parcela da nossa sociedade possui uma identidade com diversas rachaduras físicas e culturais.

Percebe-se que a eliminação das barreiras físicas e atitudinais possuem a mesma relevância, quando o assunto é inclusão social. Não basta a existência de uma escola acessível, se o ensino da pessoa com deficiência visual continuar sendo aplicado de forma diferente dos demais alunos; não basta um evento cultural acessível, se o sujeito com deficiência física continuar relegado à pior localização na plateia. Entende-se, com isso, que para a inclusão ser efetiva é necessária a eliminação de todas as barreiras que impedem um desenvolvimento digno e uma participação justa na sociedade de todos os cidadãos.

Nesse sentido vem à tona o conceito de Desenho Universal, que atua desde a concepção de espaços físicos acessíveis até o desenho de objetos que minimizam as dificuldades das pessoas com deficiência, para realização de diversas atividades (DISCHINGER; ELY; PIARDI, 2012). Além disso, os estudos sobre o desenho universal apontam um rumo para a discussão do que é acessibilidade e de como ela é importante para a eliminação das barreiras existentes e, principalmente, do que é uma sociedade pensada para todos (SASSAKI, 2006).

Segundo o conceito do desenho universal discutido por Sasaki (2006), os espaços devem ser construídos para uso de todos, atendendo a necessidade de todo e qualquer sujeito que possa em algum momento utilizar

aquele espaço, seja ele público ou privado. Na concepção do desenho universal, os espaços não devem ser adaptados em sua fase de construção ou quando já prontos, mas sim no momento de seu planejamento, ou seja, a acessibilidade deve ser pensada no momento de formação, para que em sua fase de projeto e construção seja apenas colocada em prática, eliminando assim a ideia de se criar simples adaptações para pessoas com deficiência. Segundo Steinfeld (1994, *apud* SASSAKI, 2006, p. 87),

O desenho universal não é uma tecnologia direcionada apenas aos que dele necessitam; é para todas as pessoas. A ideia do desenho universal é evitar a necessidade de ambientes e produtos especiais para pessoas com deficiência, no sentido de assegurar que todos possam utilizar todos os componentes do ambiente e todos os produtos.

Sasaki (2006) complementa: “Hoje, colocado dentro do movimento da inclusão social, o desenho universal poderia também ser chamado ‘desenho inclusivo’, ou seja, projeto que inclui todas as pessoas” (SASSAKI, 2006, p. 147).

O ideal é que o conceito do desenho universal seja aplicado em todos os âmbitos do convívio social, tanto em espaços físicos, como nos transportes, na educação, na cultura, entre outros, pois todas essas esferas são de direito e ocupadas por sujeitos que possuem as mais diferentes necessidades. A grande vantagem e potencial do uso dessa ideia é que os espaços não serão construídos apenas para um determinado nicho de pessoas, mas sim para todas elas, o que é a grande mensagem que as discussões sobre inclusão tentam enfatizar.

Ainda se refletirmos sobre uma sociedade para todos, os usos e as interações necessárias com demais sujeitos e ambientes podem ser realizadas por qualquer cidadão e sendo assim, todos poderiam usufruir de seus direitos, inclusive o de construir sua identidade a partir das próprias experiências vivenciadas.

## 2.1 ACESSIBILIDADE: TIPOS E RECURSOS

A acessibilidade é a condição de um espaço ou objeto ser acessível a todas as pessoas, independente de suas necessidades específicas. Contudo existem diferentes tipos de acessibilidade e diferentes modos de como elas influenciam a vida das pessoas com deficiência. Segundo Sergio Sasaki (2006), esses tipos poderiam ser classificados de seis modos diferentes, de acordo com as barreiras existentes, sendo eles: acessibilidade arquitetônica, acessibilidade programática, acessibilidade metodológica, acessibilidade instrumental, acessibilidade comunicacional e acessibilidade atitudinal.

A acessibilidade arquitetônica é definida como a eliminação das barreiras físicas em espaços e equipamentos urbanos, edifícios e meios de transportes. É fundamental destacar que junto com essas barreiras, devem ser eliminados, também, os riscos, ou seja, as barreiras devem ser eliminadas proporcionando acesso autônomo e seguro para todas as pessoas. Para Cardoso (2012), que em suas pesquisas sobre acessibilidade em ambientes culturais utiliza a nomenclatura acessibilidade espacial, para um espaço ser considerado acessível, deve obedecer, também, a quatro quesitos: orientabilidade, deslocamento, comunicação e uso. O primeiro quesito se constitui na sabedoria e conhecimento de onde se está e para onde se deseja ir; o segundo, as condições ideais de movimento ao longo de percursos horizontais e verticais; a comunicação é a possibilidade de obter boas condições de troca de informações e o uso dos equipamentos e ambientes; e o uso é a possibilidade de participação do indivíduo nas atividades desejadas, sem que seja necessário um conhecimento prévio.

A acessibilidade programática é a eliminação das barreiras existentes ditas “imperceptíveis”. São aquelas barreiras presentes nas políticas públicas, através de leis, normativas e decretos que não são cumpridos efetivamente e, também, aquelas presentes em regulamentos e normas institucionais (SASSAKI, 2006). Essas barreiras são sempre muito sutis e, portanto, difíceis de serem identificadas e mais ainda, exterminadas. Apesar de a legislação nacional ser baseada na teoria, na prática ainda vemos casos de preconceito e barreiras que impedem a efetivação da inclusão das pessoas com deficiência

na sociedade (BRASIL, 2010). A falta de políticas públicas que criem estratégias e planos de ação para o cumprimento das leis é um exemplo dessas barreiras, pois não bastam artigos e normativas que definam critérios para inclusão social dos sujeitos com deficiência, se não existirem planos de ações que os coloquem em prática.

A acessibilidade metodológica refere-se ao uso de métodos e técnicas, no ambiente de trabalho, escolar, familiar, social entre outras, sem barreiras (SASSAKI, 2006). Acredita-se que essa seja a acessibilidade que mais ganha força nos últimos anos, pois se entendeu que métodos que ajustem a pessoa com deficiência à sociedade não são suficientes para promover acessibilidade, mas sim a busca de metodologias que proporcionem as mesmas experiências a uma pessoa com deficiência e a uma pessoa sem deficiência. Tamanha é a importância que esse assunto tem ganhado que já existem diversos programas, públicos e privados, que financiam estudos e pesquisas que buscam encontrar e testar métodos para promover a acessibilidade nos mais variados meios. Um exemplo dessa realidade é o Decreto estadual 48.292 de 26 de agosto de 2011 (RIO GRANDE DO SUL, 2011), que prevê a compra e disponibilização de material em formato Daisy<sup>3</sup>, através da criação do programa de Acessibilidade de Comunicação<sup>4</sup>.

A acessibilidade instrumental é a eliminação das barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo, trabalho, lazer, recreação e etc. (SASSAKI, 2006). Como no caso da acessibilidade metodológica, a eliminação das barreiras instrumentais vem crescendo cada vez mais. Hoje, com frequência, são desenvolvidos novos utensílios e ferramentas que auxiliam as pessoas com deficiência a serem cada vez mais independentes, vale ressaltar, contudo, que essa independência vem sempre aliada à segurança. As chamadas tecnologias assistivas<sup>5</sup> ganham cada vez mais espaço e são

---

<sup>3</sup> Daisy é um padrão de normas para construção de livros, textos, publicações digitais faladas que possuem uma estrutura de navegação fácil. Esse padrão é utilizado por pessoas com deficiência visual e de aprendizado.

<sup>4</sup> O Programa Acessibilidade de Comunicação prevê compra, edição e disponibilização de material em formato Daisy pelo governo do Estado.

<sup>5</sup> Segundo o Comitê de Ajudas Técnicas (2006), tecnologias assistivas são recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que buscam promover a funcionalidade de atividades relacionadas às pessoas com deficiência ou incapacidade e mobilidade reduzida, visando a autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. Para Sartoretto e Bresch (2014), o objetivo das tecnologias assistivas é proporcionar à pessoa com deficiência

cada vez mais úteis à promoção da acessibilidade e da inclusão das pessoas com deficiência, desde seus acessórios mais simples que auxiliam as atividades da vida diária, como talheres adaptados, a formatos bastante desenvolvidos, como o próprio programa Daisy, citado anteriormente, todas essas descobertas proporcionam grandes avanços na busca da efetivação da inclusão.

A acessibilidade comunicacional é a comunicação que se dá sem barreiras, seja essa comunicação interpessoal, escrita ou virtual (SASSAKI, 2006). Apesar de já possuímos diversos meios que possibilitem a eliminação dessas barreiras, como o Sistema Braille, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), entre diversos outros meios, a promoção dessa acessibilidade ainda esbarra muito no preconceito e no desconhecimento. Tanto as organizações, públicas ou privadas, como a sociedade em um geral, possuem um déficit muito grande de conhecimento sobre os meios que proporcionam uma comunicação eficaz com as pessoas com deficiência. É o despreparo técnico e psicológico de pessoas que trabalham com públicos de forma direta, que constroem, muitas vezes, essas barreiras comunicacionais.

Cabe analisar que esse despreparo é construído desde a infância, pois em currículos escolares de ensino infantil até os currículos de cursos de nível superior, pouco se percebe a existência da disciplina de LIBRAS como obrigatória, sendo de fundamental importância essa formação, visto que é neste momento que somos, ou deveríamos ser preparados a nos comunicar com a sociedade e todos os sujeitos que dela podem fazer parte. Outro ponto de fundamental relevância para esse tipo de acessibilidade é o fato de que se não tivermos uma comunicação eficaz com essas pessoas, a relação com elas será sempre prejudicada, pois métodos de alto nível e locais acessíveis não são suficientes se a comunicação continuar no nível do preconceito e da exclusão.

Contudo, é ainda a acessibilidade atitudinal a mais importante, segundo diversos autores. Definida como a acessibilidade sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações, é nesse ponto que precisamos evoluir largamente (SASSAKI, 2006). Apesar de uma comunicação acessível, um local

acessível, um instrumento acessível serem fundamentais, nada disso poderá ser utilizado plenamente se o pensamento continuar excluindo e estigmatizando as pessoas com deficiência.

É preciso haver, primeiramente, uma mudança significativa de postura em relação às pessoas com deficiência. É necessária uma mudança cultural que promova a eliminação das barreiras físicas, mas principalmente a eliminação das barreiras atitudinais que ainda disseminam a cultura da integração das pessoas com deficiência na sociedade (BRASIL, 2010). Segundo Sarraf (2012) é ainda a barreira atitudinal que mais se apresenta como empecilho para a efetivação da inclusão. A autora afirma que:

As barreiras atitudinais são o principal desafio a ser superado para viabilizar definitivamente a acessibilidade em espaços culturais. Dentro dos conceitos de inclusão social, as barreiras atitudinais podem ser entendidas como os preconceitos sociais em relação a um indivíduo ou um grupo, na maior parte dos casos por conta da intolerância às diferenças (SARRAF, 2012, p. 72).

Não apenas nos espaços culturais, mas em outros ambientes e esferas nos deparamos com essa realidade de preconceito e discriminação desses sujeitos. Apesar de as próprias pessoas com deficiência afirmarem já haver uma nova postura da sociedade diante delas, essas barreiras atitudinais ainda estão presentes e precisam ser eliminadas, para que a inclusão social possa ser promovida. O interesse pela temática da acessibilidade já é uma dessas evoluções e o desenvolvimento dessa cultura é um dos principais passos para acabar a discriminação (BRASIL, 2010).

Descritos os tipos de acessibilidade existentes, serão apresentados, a seguir, alguns recursos que podem reduzir ou eliminar as barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência diariamente. As barreiras arquitetônicas são as mais conhecidas pela sociedade, visto que na maioria dos casos as visualizamos a olhos nus, e se referem a entaves espaciais que prejudicam ou impedem a circulação ou acesso de pessoas com deficiência a edifícios ou espaços. Para Dischinger, Ely e Piardi (2012) a acessibilidade arquitetônica de um local pode ser analisada avaliando-se seis ambientes diferentes de um determinado local, são eles: áreas de acesso; saguões, salas de recepção e espera; circulações horizontais; circulações verticais; sanitários; e locais para atividades coletivas.

Como alguns dos recursos disponíveis para eliminação dessas barreiras estão os acessos rebaixados para entrada e saída de pessoas cadeirantes ou deficientes visuais que utilizam bengalas; meios que facilitam sua locomoção, como elevadores; além dos pisos táteis e alertas sonoros que indicam a presença ou proximidade de objeto ou obstáculo que podem representar perigo. Há, também, os espaços reservados para pessoas com deficiência e área adicional para sua circulação ou transferência do carro para cadeira de rodas, no passeio público. Fazem-se necessários, também, recursos como espaço adequado para circulação de cadeira de rodas e ainda objetos e mobiliários que estejam ao alcance e altura de todas as pessoas. Os mapas visuais e táteis, além de sinalizações nesses formatos, também são ótimas ferramentas que auxiliam as pessoas com deficiência a se localizarem nos mais diversos ambientes. Em espaços culturais, onde são realizadas palestras, conferências, seminários e etc. é necessária a reserva de espaços para as pessoas com deficiência em locais estratégicos, afim de que sua participação não seja prejudicada pelo local em que está posicionada no ambiente. Cabe ressaltar que esses recursos devem ser analisados e aplicados respeitando sempre os critérios de orientabilidade, deslocamento, comunicação e uso.

A tecnologia assistiva (TA), definida por Bersch (2008) como arsenal de recursos e serviços que buscam minimizar os problemas funcionais encontrados pelas pessoas com deficiência, além de proporcionarem a esses sujeitos maior independência e qualidade de vida, são outro exemplo de recursos que possibilitam às pessoas com deficiência uma vida mais autônoma. Segundo Bersch (2008), a TA são divididas em categorias, sendo uma delas as que auxiliam a vida diária e prática, como os instrumentos que permitem aos sujeitos com deficiência alimentar-se, vestir-se, cozinhar e etc. sem o auxílio de outras pessoas, mas apenas de tecnologias assistivas como talheres modificados, roupas adaptadas, entre outros.

Ainda na esfera das tecnologias assistivas encontra-se a Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA). A CAA, como afirma Bersch (2008, 2008, p. 5) destina-se “a atender pessoas sem fala ou escrita funcional ou em defasagem entre sua necessidade comunicativa e sua habilidade em falar e/ou escrever”. Como recurso para construção dessa acessibilidade está o uso de sistemas alternativos baseados em símbolos como, por exemplo, as pranchas

de comunicação, construídas com pictogramas (simbologias gráficas), letras ou palavras escritas, e que permitem aos seus usuários comunicar-se e expressar seus sentimentos, desejos e interpretações.

Os softwares e hardwares adaptados, também se encontram no campo da TA e proporcionam aos seus usuários acesso a computadores, *tablets* e internet. Entre os softwares, podemos citar os programas leitores de tela que permitem às pessoas com deficiência visual utilizar computadores através de sintetizadores de voz que capturam todo o conteúdo disponível em formato de texto e o traduzem em uma resposta falada (MELO, 2010). Já como exemplo de hardwares, podemos citar os mouses adaptados e os monitores especiais. Em relação, ainda, a meios digitais e acessibilidade à *web*, Conforto e Santarosa (2002) definem essa acessibilidade como o acesso e interação plenos dos usuários com deficiência aos mecanismos de navegação e apresentação. Além dos softwares e hardwares já citados, é importante que os profissionais que planejam as páginas da *web* pensem a acessibilidade e produzam espaços virtuais que possuam alternativas de texto para conteúdos sonoros e visuais, para que programas leitores de tela, por exemplo, traduzam o conteúdo da página de forma fiel. É importante ainda que sejam disponibilizados recursos como aumento ou diminuição da fonte e alteração do esquema de cores, o que facilita o acesso de pessoas com deficiência visual às páginas da *web*.

Existem ainda diversas formas de linguagem com as quais as pessoas com deficiência podem ter acesso a todos os conteúdos e à comunicação, como o Braille e a Língua Brasileira de Sinais. O Braille consiste em um sistema de leitura tátil e escrita para pessoas com deficiência visual, que se trata de uma combinação de pontos em relevo, distribuídos em colunas. O sistema Braille permite, às pessoas com deficiência visual, desenvolver suas necessidades e desejos de comunicação e conhecimento. (CERQUEIRA; LEMOS; ROSSI; VENTURINI, 1999). A Libras é uma língua de sinais utilizada por pessoas com deficiência auditiva, formada por gestos e que possui uma linguagem própria (BRASIL, 2004).

A audiodescrição é outro recurso, que permite aos sujeitos com deficiência visual receber informações transmitidas visualmente, em produtos

audiovisuais como filmes, programas de TV, peças de teatro, etc. O recurso consiste em uma espécie de:

Transformação de imagens em palavras para que informações-chaves transmitidas visualmente não passem despercebidas e possam também ser acessadas por pessoas cegas ou com baixa visão (FRANCO; SILVA, 2010, p. 23).

Todos esses recursos fazem parte do conjunto de itens que constituem a acessibilidade, e principalmente, um dos principais passos para inclusão das pessoas com deficiência na sociedade.

## 2.2A LEGISLAÇÃO PROMOVEDORA DE CONQUISTAS

Muitas das conquistas alcançadas pelas pessoas com deficiência foram decorrentes de leis e normas que obrigam todos os espaços, sejam públicos ou privados, a serem ou se tornarem acessíveis a toda população.

Conforme já abordado anteriormente, a evolução sobre o conceito de acessibilidade e inclusão é uma discussão recente no Brasil, com pouco mais de meio século de vida. A legislação brasileira, no que tange a esse assunto, também é bastante atual sendo a temática abordada pela primeira vez na legislação nacional, na emenda nº 12, de outubro de 1978. Baseada na ideia da integração, a Emenda tratava, em sua própria redação, sobre melhorias da condição econômica e social das pessoas com deficiência, assegurando a elas educação especial e gratuita; assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social do país; proibição da discriminação e possibilidade de acesso a edifícios e logradouros (BRASIL, 1978).

Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal brasileira o assunto ganhou um pouco mais de espaço, mas ainda assim, não conquistou representação suficiente para promover uma mudança significativa na sociedade. Apesar de os direitos das pessoas com deficiência e deveres da sociedade e do Estado com elas estarem presentes ao longo de toda a legislação, faltou, ainda neste período e em sucessivos anos posteriores, um espaço na prática cotidiana da política nacional para debate sobre o tema.

Conforme mostra a história da política brasileira, no que diz respeito ao movimento de inclusão e da acessibilidade, por mais que esses direitos estivessem previstos ao longo de toda Constituição, em Ministérios e órgãos públicos esse espaço era muito reduzido, ou em alguns casos, não existia. O CORDE<sup>6</sup>, criado em 1989, buscava abrir espaços nos mais diversos Ministérios para o assunto, mas diferentemente da teoria, a prática da inclusão era difícil de ser exercida, pois não havia políticas públicas que buscassem a efetivação do tema e nem governantes que considerassem a temática importante o suficiente para ser discutida.

Como reconhecem Dischinger, Ely e Piardi (2012, p.14), “a eliminação de barreiras e a solução dos problemas de acessibilidade dependem de diferentes âmbitos de atuação – projeto, execução e fiscalização”.

Foi apenas no ano de 2004, uma década atrás, que foram regulamentadas as leis que vigoram hoje acerca do atendimento prioritário e da promoção da acessibilidade no país. O decreto 5.296 diz que se deve dar: “prioridade de atendimento às pessoas que especifica [...]” e “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências” (BRASIL, 2004).

Mesmo não sendo o ideal, é através de meios como esses que chegamos ao lugar onde estamos hoje, no qual poucas políticas públicas realizam ações que promovam, de fato, a acessibilidade e a inclusão social, como por exemplo, as leis de cotas, que determinam número mínimo obrigatório de presença de pessoas com deficiência em organizações públicas e privadas (BRASIL, 2010).

Segundo pesquisa realizada em 2004, pela organização não governamental Internacional dos Direitos dos Deficientes Monitor (IDRM)<sup>7</sup>, o Brasil foi considerado um dos cinco países das Américas mais inclusivo e com

---

<sup>6</sup> CORDE é o órgão responsável pela gestão de políticas voltadas para inclusão de Pessoa Portadora de Deficiência, em todas as esferas que compõe a sociedade.

<sup>7</sup> O IDRM é um projeto internacional que busca promover a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade. Foi criado em 2003, pelo Centro de Reabilitação Internacional e realiza pesquisas em todo o mundo documentando e avaliando a situação das pessoas com deficiência nos mais diversos lugares.

maior grau de amparo na legislação para a questão, estando ao lado de países desenvolvidos como o Canadá e os Estados Unidos.

Apesar de não ter promovido ainda a mudança esperada na atitude e cultura da sociedade, essas leis já proporcionaram avanços significativos para a inclusão das pessoas com deficiência. Além disso, é importante destacar que a legislação nacional vigente não apenas ampara legalmente os direitos das pessoas com deficiência, mas tenta promover a eliminação das barreiras existentes e busca disseminar o ideal da construção de uma sociedade para todos. Em diversos trechos do decreto 5.296 de 2004, podemos visualizar normas e regras que buscam criar na sociedade o espírito da construção de um mundo pensado e construído para todos.

De acordo com o Capítulo III, do Decreto 5.296 de 2004 (BRASIL, 2004), a acessibilidade é a condição de utilização, com autonomia e segurança, de qualquer objeto e/ou ambiente por uma pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida<sup>8</sup>. O decreto prevê ainda, em seu artigo 3º, Capítulo I, a aplicação de sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis, quando não observado o cumprimento das normas previstas. Ainda neste documento, nos capítulos seguintes, estão previstas as formas de implementação da acessibilidade arquitetônica e urbanística, nos serviços de transportes coletivos, de acesso à informação e à comunicação e de ajudas técnicas. O Decreto 5.296, é fortemente baseado na NBR 9050 que determina de maneira bastante técnica, os critérios que devem ser atendidos para um local ser acessível a qualquer cidadão. Versando sobre os mais diversos pontos, a NBR 9050 determina tamanhos, espaços, necessidades e todo o critério necessário para que um espaço ou objeto, público ou privado, possa obter a qualidade de ser acessível.

Todos os espaços, edificações, mobiliários e equipamentos urbanos que vierem a ser projetados, construídos, montados ou implantados, bem como as reformas e ampliações de edificações e equipamentos urbanos devem atender ao disposto nesta Norma para serem considerados acessíveis (NBR 9050, 2004, p. 1).

---

<sup>8</sup> Cabe ressaltar que segundo o parágrafo 1º, do capítulo II, do Decreto 5.296 de dezembro de 2004, o atendimento prioritário e a eliminação das barreiras se fazem, também, para pessoas com mobilidade reduzida que não se enquadram no conceito de pessoa portadora de deficiência.

No entanto, apesar de ser completo em determinados pontos, o Decreto 5.296 não se preocupa para além dos cuidados arquitetônicos no que se refere à compreensão de mundo proporcionada pelos sentidos em espaços destinados à cultura. Necessidades ou cuidados que deveriam ser uma preocupação para a inclusão em museus, exposições, congressos, workshops e demais espaços culturais, não são observados e, em muitos casos, as pessoas com deficiência são barradas ao tentar interagir com os mais diversos produtos culturais.

No entanto, mais do que produtos culturais, esses sujeitos são privados de realizar trocas com a sua cultura e, nesse sentido, privados de ter acesso a experiências que constroem sua identidade. A legislação nacional existente, mais próxima desse âmbito, é dada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)<sup>9</sup>, que determina diretrizes para a promoção da acessibilidade em ambientes culturais imóveis. Baseada na Lei Federal 10.098 de 2000, regulamentada pelo decreto 5.296 de 2004, a normativa estabelecida pelo IPHAN em 2003, é praticamente um recorte do decreto de 2004, aplicado, no entanto, exclusivamente aos bens imóveis (IPHAN, 2003).

Com isso, permanece a falta de uma obrigação legal referente à acessibilidade em outros ambientes e eventos culturais, pois ainda que o espaço cultural imóvel seja acessível, não será possível usufruir do conteúdo e informação ali dispostos se o próprio material ou a própria obra não forem acessíveis a todos os cidadãos. O objetivo principal desses espaços e acontecimentos, de disseminar cultura e conhecimento a todas as pessoas, dificilmente será atingido enquanto a acessibilidade permanecer apenas em nível arquitetônico e de mobilidade.

A falta de uma legislação, em âmbito nacional, que regulamente os critérios de acessibilidade para promoção de eventos em seus mais variados tipos, faz com que alguns Estados e municípios não apliquem regras que preveem o atendimento às necessidades das pessoas com deficiência. Esses órgãos ou instituições sentem-se a vontade para utilizar o bom senso para a promoção de eventos ou basear-se em guias e modelos criados por

---

<sup>9</sup> Instrução normativa nº 1, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis acautelados em nível federal, e outras categorias, conforme especificado na normativa.

profissionais, pesquisadores e estudantes da área<sup>10</sup> mas que não são formalizados de modo legal e amparados na lei.

O Estado do Rio Grande do Sul possui uma legislação estadual bem densa no que tange à acessibilidade e inclusão social. Com cerca de 30 decretos e 40 leis<sup>11</sup>, o Estado conta, também, com emendas e normativas, que apresentam um subsídio legal vasto às pessoas com deficiência. Apresentando e assegurando direitos como inclusão no mercado de trabalho, acesso a atividades de esportes e lazer, o Rio Grande do Sul é um dos estados brasileiros que possui, também, uma legislação vigente acerca de acessibilidade em eventos.

O Decreto 48.293 de 26 de agosto de 2011, por exemplo, regulamenta a necessidade da promoção da acessibilidade em eventos realizados ou apoiados pela Administração Pública Estadual direta e indireta e por entidades vinculadas a ela. O conceito de acessibilidade, definido no Decreto, é baseado no Decreto nacional 5.296 de 2004 (BRASIL, 2004) e, como eventos são caracterizados: oficinas, cursos, seminários, palestras, conferências, simpósios e quaisquer outros que tenham caráter técnico, esportivo, educacional, cultural, de formação, divulgação ou de planejamento. Segundo seu Artigo 3º, o Decreto estadual prevê que os eventos devem oferecer: serviços de tradução e interpretes de Libras; serviços de guia-interpretes; atendimento por pessoal capacitado para pessoas com deficiência e idosas; produtos, instrumentos, equipamentos, tecnologia e materiais com as devidas adaptações, de acordo com a necessidade de cada sujeito (RIO GRANDE DO SUL, 2011).

O Decreto prevê, também, que os eventos sejam promovidos em locais com boas condições de acesso a vagas de estacionamento, além de área especial para embarque e desembarque, bem como rampas de acesso para todos os ambientes; o local deve possuir, também, boas condições de acesso

---

<sup>10</sup> Em diferentes Universidades do país, por exemplo, em parceria com organizações públicas e privadas, são criados Guias de acessibilidade em eventos, que auxiliam profissionais ou qualquer cidadão que busque maiores informações sobre como organizar um evento, promovendo a acessibilidade.

<sup>11</sup> O decreto Estadual 48.293, de 2011, por exemplo, dispõe sobre os critérios de acessibilidade em eventos realizados no âmbito estadual.

A Lei Estadual 12.227, de 2005, por exemplo, dispõe sobre a adaptação dos veículos de transporte estadual metropolitano com dispositivos de acesso às pessoas com deficiência ou necessidade especial.

em todas as suas dependências, como banheiros, restaurantes, auditórios, saídas de emergência e etc.; o mobiliário de recepção e atendimento deve ser adaptado conforme determina a NBR 9050; o livre acesso de cães-guia; sinalização adequada de instalações e espaços acessíveis, para orientação das pessoas com deficiência; além de elaboração e disponibilização de fichas de inscrição e orientações sobre seu preenchimento, a fim de que as pessoas com deficiência possam solicitar o atendimento diferenciado e os recursos necessários para que sua participação ocorra em condições de igualdade com os demais (RIO GRANDE DO SUL, 2011).

O município de Porto Alegre também disponibiliza amparo legal às pessoas com deficiência. Com leis e decretos que regulamentam o direito das pessoas com deficiência, a legislação municipal se diferencia da legislação estadual em algumas leis, como a 8.632 de 2000 (PORTO ALEGRE, 2000), onde o município obriga todos os restaurantes, lanchonetes, bares, hotéis, motéis e congêneres, independentemente de públicos ou privados, a disponibilizarem cardápios escritos no Sistema Braille. Além dessa, outras leis regulamentam a disponibilização por parte de hotéis e motéis de instalações acessíveis.

Este breve panorama demonstra que a legislação, em nível nacional, estadual e municipal, ampara fortemente as pessoas com deficiência quando se trata da sua inclusão na sociedade. Apesar de ainda existirem poucas políticas públicas que se traduzam na efetivação da legislação na prática, sabe-se que é necessária uma teoria embasada, para uma prática efetiva. A legislação, mesmo caminhando a curtos passos, já vem proporcionando conquistas às pessoas com deficiência.

### 3 RELAÇÕES PÚBLICAS: A ARTE DE RELACIONAR

As Relações Públicas têm como objetivo a criação e manutenção de um bom relacionamento das organizações com seus públicos. Dentre os mais variados públicos estão os colaboradores e suas famílias, os órgãos e entidades governamentais e não governamentais que influenciam ou são influenciados pela organização, além, do público externo, que são os consumidores ou clientes dessas organizações.

Muito se discute sobre ferramentas e técnicas que possam criar ou manter uma imagem favorável da organização perante essa diversidade de públicos. Entre estas estão a comunicação institucional, a publicidade, a comunicação interna e os eventos. A promoção de eventos bem planejados e organizados têm sido uma das ferramentas com maior potencial para gerar essa imagem positiva, pois ele surge “como a embalagem ideal que vai promover o seu sucesso comercial [da organização], através da conquista da opinião pública e da construção, na mesma, de uma imagem favorável da organização” (DIAS, 1996, p. 36).

#### 3.1 A FERRAMENTA EVENTOS

Segundo Cristina Giácomo (1997), o evento é um dos componentes do mix de comunicação e tem como objetivo engajar pessoas em uma ideia ou ação. Silva (2003, p.10) afirma que “o evento é fator de comunicação com grande poder na estratégia comunicacional de uma empresa com seus públicos”, ou seja, é um instrumento de comunicação da organização e, sendo assim, precisa estar adequado com o seu público-alvo e com a mensagem que deseja transmitir. Giácomo (1997) ressalta ainda que o público de interesse<sup>12</sup> é

---

o principal elemento da composição de um evento e que sem ele dificilmente o objetivo será alcançado:

Todos os outros [elementos] podem ser relativizados, menos o público. Sem ele não há evento; sem o público de interesse o evento torna-se atividade desprovida de significado, por mais sofisticada que seja a sua estrutura organizacional. (GIÁCOMO, 1997, p. 17).

É importante destacar que o evento é uma das atividades inseridas dentro de um planejamento comunicacional, portanto, deve estar inserido em um contexto maior, sendo uma das peças-chave na conquista desse objetivo para alcançar os resultados esperados.

Os eventos são acontecimentos que estão presentes em nossa história há muitos séculos. Apesar de ao longo dos tempos terem adquirido um viés econômico-empresarial, comercial ou acadêmico, eram fundamentais já no período da Idade Média onde retratavam a vida social da época, tendo a Igreja e o comércio muita representatividade nesses acontecimentos, como em todas as outras esferas sociais (MATIAS, 2001).

Com o decorrer do tempo e com os avanços tecnológicos tipos diferentes de eventos foram surgindo como os eventos científicos, esportivos, feiras, mostras e etc. Segundo Marlene Matias (2001), a Revolução Industrial, o surgimento do automóvel e depois do avião, entre outros acontecimentos proporcionaram o desenvolvimento dos eventos.

Todas essas facilidades oferecidas pelos avanços tecnológicos em termos de transporte, comunicação e comercialização de bens e serviços turísticos são as molas propulsoras do desenvolvimento do Turismo e do Turismo de Eventos (MATIAS, 2001, p. 5).

Os eventos acompanharam o desenvolvimento socioeconômico e, a partir do século XVIII, assumiram, também, um caráter comercial, sendo nessa época que grandes espaços começaram a ser erguidos para este fim. Depois do grande poder da Igreja ao longo da Idade Média, os eventos foram, aos

---

<sup>12</sup> Segundo grande parte dos autores que publicaram livros e trabalhos acerca da temática de eventos, há uma diferença entre público-alvo e público de interesse. Segundo Vavá D'Arriaga Dias (1996) o público-alvo é aquele que será atingido pelo evento e/ou planejamento de comunicação. Já o público de interesse é aquele ao qual a mensagem será dirigida e que se busca especificamente atingir com o evento. Isto é, o público-alvo está em uma esfera mais geral do objetivo do evento, enquanto o público de interesse está relacionado com algo e objetivos específicos.

poucos, sendo substituídos por acontecimentos que marcavam a esfera política, em períodos de grandes guerras e de muitas transformações devido a vitórias e derrocadas de grandes impérios.

Já nos séculos XIX e XX as feiras e exposições ganham força, pois são criados inúmeros espaços em todo o mundo com o objetivo de apresentar aos cidadãos produtos para circulação e manutenção do comércio. Como ressalta Matias (2001):

Nessa trajetória, os eventos foram adquirindo características econômicas, históricas, sociais e políticas das sociedades representativas de cada época. A consolidação da atividade Eventos e do Turismo de Eventos ocorreu no século XVII, com o advento da Revolução Industrial, que trouxe um novo estímulo para a atividade comercial existente desde a Idade Média, a 'feira'. Mas, além das feiras, outros eventos, como as Exposições Mundiais, as Olimpíadas e a Copa do Mundo, tiveram importante papel nesse processo, solidificando cada vez mais as bases da atividade (MATIAS, 2001, p 31).

No Brasil, apenas nas primeiras décadas do século passado é que começaram a ser promovidos eventos com objetivo comercial. Segundo Matias (2001), é em 1922, com a Exposição Internacional do Centenário<sup>13</sup> que o país se firma como sede e organizador de grandes eventos.

Mesmo depois de todas essas evoluções, o mercado de eventos ainda continua crescendo. Conforme pesquisa realizada pela Associação Internacional de Congressos e Convenções (ICCA)<sup>14</sup> em 1998, na segunda metade da década de 90 o número de eventos realizados, no mundo, era de aproximadamente 4.856, gerando um fluxo de 1.457.953 turistas, em busca desses encontros. Em estudos mais recentes, da mesma Associação, em 2012 foram realizados cerca de 9.430 eventos, apenas nas 38 primeiras cidades que mais promoveram eventos, isto significa um crescimento de aproximadamente 94% no número de eventos promovidos no mundo nesse período de 14 anos.

O Brasil também apresentou considerável crescimento no setor. Conforme levantamento de 1998, ocupava a 21<sup>a</sup> colocação no ranking mundial

---

<sup>13</sup> A Exposição Internacional do Centenário foi realizada no Palácio de Festas, no Rio de Janeiro, e tinha como objetivo comemorar o Centenário da Independência do Brasil.

<sup>14</sup> A ICCA é a Associação Internacional de Congressos e Convenções, foi fundada em 1963 com o objetivo de promover a expansão do mercado e da indústria de viagens. Hoje a ICCA é uma das maiores organizações do mundo no ramo de eventos e viagens, possuindo membros de 88 países.

de número de eventos por países, com a oferta de 64 eventos nos dois anos anteriores ao estudo. Na pesquisa mais recente, em 2012, o Brasil já se encontrava na 7ª posição, com a promoção de 360 eventos, no ano em questão. O crescimento de 462,5% no decorrer de 14 anos e a subida de 14 posições no ranking, mostram que o Brasil está investindo no setor e já está colhendo os frutos deste investimento. Segundo análise publicada pela revista Exame<sup>15</sup>, em 2011, o país vivencia essa grande ascensão devido a três motivos que a impulsionaram: o primeiro é a melhoria de renda dos brasileiros, o segundo, a diminuição da cotação do dólar e, por fim, o terceiro motivo é a crise que se abateu na Europa e nos Estados Unidos, que oportunizou ao Brasil ser palco de grandes eventos dos mais diversos tipos.

Ainda sobre a matéria divulgada pela revista Exame (2011), o extremo sul do país, representado principalmente por Porto Alegre, também vem crescendo e ganhando espaço como sede de grandes eventos. Segundo Flavio Steiner (2011), a capital gaúcha vem ganhando espaço devido a sua localização geográfica, isto é, por estar entre São Paulo, Buenos Aires e Santiago.

De acordo com o ranking do ICCA, divulgado em 2012, Porto Alegre está entre as 10 cidades que mais sediaram eventos em nosso país. Acompanhando a capital, o município de Gramado, também tem se tornando local de referência para grandes eventos na serra gaúcha. Tradicionalmente já conhecida pelo seu investimento em turismo e promoções como o Festival de Cinema, o espetáculo Natal Luz, entre outros, a cidade vem sendo marcada como uma das rotas mais procuradas para realização de grandes eventos<sup>16</sup>.

Os eventos podem ser classificados de diferentes modos, e essa classificação pode variar de acordo com o objetivo do evento, seu conteúdo programático e seu público de interesse. Giácomo (1997) propõe a classificação por objetivos e conteúdo, sendo a primeira classificação uma divisão de tipos de eventos, de acordo com a sua natureza. Nesta proposta os eventos podem ser classificados como: científicos, técnicos, comerciais, sociais, culturais, institucionais, políticos, de lazer, etc.

---

<sup>15</sup> Matéria publicada na página virtual da revista, na seção de Marketing.

<sup>16</sup> Gramado encontra-se como uma das cidades que mais promoveram eventos no ano de 2009, ficando próxima de capitais como Curitiba, Belo Horizonte, Recife, etc. (BRASIL, 2010).

A segunda classificação, por conteúdo, apresenta os eventos divididos em técnicos, políticos, esportivos, culturais ou de lazer e comerciais. Giácomo (1997) aponta, também, o fato de que na classificação por conteúdo, o tipo de evento pode variar de acordo com o número de participantes:

Quanto à classificação dos eventos por conteúdo programático, é preciso esclarecer que isto depende também da quantidade de pessoas que dele deve participar, isto é, para um evento técnico pode-se decidir por um congresso ou um painel; o que vai definir o tipo de evento será a quantidade dos participantes (GIÁCOMO, 1997, p 56).

Matias (2001) refere uma classificação de eventos em relação ao seu público, dividindo-os entre eventos fechados - aqueles “que ocorrem dentro de determinadas situações específicas e com público-alvo definido, que é convocado e/ou convidado a participar” (MATIAS, 2001, p. 62), ou eventos abertos - propostos a um público mais geral, que podem aderir ao acontecimento através de inscrição ou livre participação. A autora também propõe uma divisão de classificação de eventos em relação a sua área de interesse, sendo essa classificação muito próxima da classificação por objetivos apresentada por Giácomo (1997). Além das classificações já propostas por Giácomo (1997), Matias (2001) acrescenta as seguintes: artística, cívica, folclórica, promocional, religiosa e turística.

Ainda de acordo com os conceitos da área, esses diferentes eventos podem ser realizados em forma de concursos, exposições, feiras, salões, mostras, conferências, palestras, simpósios, painéis, mesas-redondas, convenções, congressos, seminários, fóruns, debates, brainstormings, conclaves, entrevistas, jornadas, oficinas, workshops, cursos, passeatas, assembleias, torneios, olimpíadas, campeonatos, vernissages, leilões, lançamentos, inaugurações, coquetéis, desfiles, videoconferências, visitas, entre outros (CESCA, 2008; GIÁCOMO 1997; MATIAS 2001).

Como afirma Giácomo (1997) diferentes tipos de eventos podem possuir o mesmo objetivo e conteúdo, no entanto, vão se diferenciar pela sua estrutura, método ou participantes. Neste estudo, o evento analisado foi um congresso, cujas características vão ao encontro com a definição de Cesca (2008), nas quais o mesmo é visto como um evento de grande porte que possui a finalidade de estudar determinados temas, sendo realizado em vários dias e

com diversos outros encontros e eventos dentro dele, e atividades simultâneas. Este evento diferencia-se dos demais, pois apesar de possuir o caráter científico como de uma conferência, por exemplo, tem características diferentes quanto à duração e número de participantes.

Atualmente as empresas têm explorado toda a capacidade da comunicação em eventos, como uma de suas ferramentas estratégicas, pois possuem a exigência cada vez maior dos públicos. A globalização, os avanços tecnológicos constantes e a tomada de consciência do consumidor têm criado um ambiente de alta competitividade entre as organizações. Diante deste cenário, faz-se necessário o uso das mais diversas ferramentas na busca por uma imagem positiva e relação favorável com os públicos de interesse das instituições. Como ressalta Lopes (2005):

Em face desse cenário, reputação e boa imagem passaram a ser consideradas importantes diferenciais diante da concorrência e, para que uma organização possa obtê-las, é preciso um trabalho de longo prazo, fundamentado na construção e na manutenção de bons relacionamentos com seus diversos públicos (LOPES, 2005, p. 2).

Diante deste panorama, vemos multiplicarem-se os planejamentos organizacionais voltados a uma comunicação estratégica com seus públicos, baseados no uso das mais diversas ferramentas. Com isto, os eventos têm se tornado uma ferramenta bastante utilizada entre as organizações, como destaca Silva (2003, p. 2), “Competindo com e até, eventualmente, superando em importância a publicidade e a propaganda, [os eventos] assumiram o papel transformador da imagem institucional”.

Desfrutando de todo o potencial de engajamento de que o evento dispõe, as empresas o têm utilizado para fortalecer ou criar sua imagem positiva e gerir os laços com seus públicos-alvo, pois como destaca Giacaglia (2003) esses acontecimentos geram benefícios tanto para as empresas, como para os públicos atingidos e, através deles, a organização mobiliza a opinião pública, gera polêmicas, cria fatos e desperta emoções nas pessoas.

Contudo ressalta-se que se o evento não for bem planejado e não tiver foco no seu objetivo, pode ser um alto investimento que não proporcionará retornos positivos à organização e confundido com uma atividade fim que não o caracteriza. Como bem define Marlene Matias (2001, p. 61), “o evento é uma

ação do profissional mediante pesquisa, planejamento, organização, coordenação, controle e implantação de um projeto, visando atingir seu público-alvo com medidas concretas e resultados projetados.”. O evento deve ser sempre analisado como uma das possíveis ferramentas do mix de comunicação disponível e, para escolhê-lo como ferramenta de determinado projeto, deve-se analisar certas variáveis como objetivos traçados, o grau de retorno que se pretende obter e a disponibilidade de verba para tal projeto.

Assim, Lopes (2003) conclui que os eventos:

São processos complexos que envolvem, em geral, grande quantidade de pessoas e recursos financeiros. Por esse motivo, há necessidade de um adequado planejamento que contemple objetivos e públicos bem definidos, conteúdo e forma, e uma rigorosa análise custo/benefício (LOPES, 2003, p. 4).

Os eventos, desde os de grande porte até os menores, além de proporcionarem experiência aos seus participantes e seus organizadores, possuem uma alta capacidade de deixarem legados positivos e bagagem de aprendizado, seja às cidades sede ou à população local. Nas esferas de habitação, transporte, cultura, entre outras, os eventos se apresentam como ferramenta de transformação social, proporcionando aos cidadãos ganhos importantes nessas áreas. Mega eventos como a Copa do Mundo e eventos de menor porte, como o objeto deste estudo, deixam marcas e transformações nos locais por onde passam, mudanças essas que influenciam positivamente a vida dos que ali permanecem. Pinto e Rodrigues (2008) ressaltam que reconhecer que os eventos:

Podem estruturar possibilidades para uma cidade e, porque não dizer, para um país, é entender que há diversos conhecimentos que são adquiridos e que devem ser difundidos articulados a esses acontecimentos [...] [os eventos] são um catalisador importante de melhorias da qualidade de vida. Podem ajudar a acelerar o processo de regeneração de uma cidade nas mais diversas áreas como habitação, transporte, segurança, convivência, educação, sucesso econômico e outras, oportunizando legados tangíveis e intangíveis (PINTO; RODRIGUES, 2008, p. 23).

### 3.2 PÚBLICOS E SEUS CONTEXTOS

As Relações Públicas estão presentes em todas as organizações, sejam elas públicas ou privadas, grandes ou pequenas, regionais ou globais. Mesmo que durante muitos anos tenham se estudado diferentes conceitos sobre o que são Relações Públicas e com que objetivos trabalham esses profissionais, houve, quase sempre, um consenso de que essa atividade estava intimamente ligada aos públicos e pessoas que influenciam ou são influenciados por uma organização.

Apesar de nos últimos anos terem evoluído os conceitos sobre a área, Teobaldo de Andrade define a atividade de Relações Públicas como sendo o exercício de “estabelecer e manter uma compreensão mútua entre uma organização e todos os grupos aos quais está, direta ou indiretamente, ligada.” (ANDRADE, 2001, p. 89).

Antigamente acreditava-se que para se estabelecer uma relação de compreensão entre a instituição e seus públicos, bastavam anúncios e campanhas publicitárias bem planejadas e espaços privilegiados em veículos de comunicação de massa e determinado grupo de pessoas concordaria com a opinião e atitude da organização e sua imagem perante esse público seria positiva. Hoje, no entanto, entende-se que a realidade é diferente. Com a globalização e o surgimento da comunicação através da internet, o público passou de simples receptor de conteúdo à emissor da informação e formador de opinião. O espaço e a voz que as redes sociais virtuais proporcionaram ao público o tornaram formador de sua própria opinião, não bastando mais qualquer comunicação emitida pela organização para influenciar suas atitudes. Segundo Grunig (2011), atualmente a imagem da organização é formada pelos públicos e essa formação se dá através dos conteúdos disponibilizados pelas instituições, mas principalmente pela opinião que o próprio público cria ao receber e interpretar essas informações. Nesse contexto:

Os profissionais de Relações Públicas estão mais propensos a auxiliar os públicos na construção de imagens positivas sobre a organização na medida em que a orientam a se comportar da forma como o público externo espera dela. Em outras palavras, os

profissionais de relações públicas contemporâneos entendem que devem servir aos interesses das pessoas afetadas pelas organizações caso queiram também atender aos interesses dos empregadores para os quais trabalham. (GRUNIG, 2011, p. 25).

Diante desta realidade, os profissionais de Relações Públicas têm trabalhado com um par de objetivos, sendo esse formado pelos objetivos da organização e do seu público, pois com essa autonomia para formação da imagem<sup>17</sup> da instituição, a vontade e compreensão do público devem ser muito respeitados e levados em conta no momento de se desenhar um processo organizacional. França (2008) ressalta que as Relações Públicas são vistas como uma estratégia de relacionamento com públicos específicos e é fundamental, para essa atividade, saber quais são os objetivos e expectativas desse público na relação com determinada organização.

Segundo Grunig (2011), com esse panorama atual os profissionais de Relações Públicas têm assumido papéis gerenciais e na cúpula estratégica das organizações, pois as mesmas entenderam a extrema necessidade de criação de processos que propiciem a formação de uma imagem positiva da instituição perante seus públicos. Para Fortes (2003, p.43), criar processos de Relações Públicas não é somente optar por uma ferramenta ou meio mais apropriado, mas principalmente “posicionar uma organização em direção de seus objetivos maiores, de maneira coerente e sistematicamente racional, à procura de resultados concretos estabelecidos com antecedência”.

A importância dos públicos é tão latente para os processos de Relações Públicas que vemos em diversas literaturas da área a fase de identificação do público como um dos passos iniciais para construção de um planejamento de estratégias e atividades. Andrade (2001) afirma que a identificação dos grupos ligados à organização deve ser o primeiro problema de um processo de Relações Públicas, sendo a análise de seu comportamento o segundo passo

---

<sup>17</sup> Como define Wilson da Costa Bueno (2005), a imagem corporativa é formada por cada indivíduo, a partir de suas próprias experiências e percepções da relação com a organização. “É a representação mental de uma organização construída por um indivíduo ou grupo a partir das experiências e percepções concretas (os chamados “momentos de verdade”), informações ou influências recebidas de terceiros ou da mídia. Ela constitui-se numa síntese integradora, que acumula aspectos cognitivos, afetivos e valorativos... É justo e apropriado admitir que uma organização, quase sempre, tem várias imagens porque as experiências, vivências, informações que uma pessoa ou grupo associa a uma organização são múltiplas, distintas, particulares, e às vezes, absolutamente contraditórias.” (BUENO, 2005, p. 19)

deste processo. Fortes (2003) acrescenta que o processo deve atender à organização, e para isso deve partir do conhecimento pleno de seus públicos e de si mesma, para depois analisar os desejos, aspirações e necessidades desse grupo de interesse.

França (2008) ressalta que para um processo de Relações Públicas ser eficaz é fundamental que se tenha claramente definido um público em específico. Os grupos ligados a uma organização variam em diversos tipos e possuem compreensões diferentes acerca de uma informação emitida ou atitude tomada pela instituição. Sendo assim, por mais que se busque criar processos para toda essa diversidade de públicos, é fundamental que cada um tenha seu processo único e específico.

Desta forma, torna-se relevante classificar o público de modo correto e neste aspecto os autores da área divergem. Segundo Fortes (2003), os públicos de uma organização podem ser classificados em internos, mistos e externos, sendo o público interno formado pelos colaboradores da empresa, mais especificamente pela alta administração, pelos empregados e suas famílias e funcionários terceirizados; o público misto são os investidores, fornecedores, intermediários<sup>18</sup> e cooperados; e o público externo caracteriza-se pela comunidade em geral, os grupos organizados, sindicatos e entidades representativas, celebridades, escolas, imprensa em geral, governo concorrentes, competidores, consumidores, países e grupos internacionais. Fortes ressalta (2003) que essa classificação não determina o grau de importância ou prioridade de um determinado público em detrimento de outro, podendo em diferentes momentos serem alternadas essas prioridades, sendo ora o público interno ora o público externo.

Contudo, para França (2008) a classificação de públicos entre interno, misto e externo não dá conta da complexidade e do objetivo de se conhecer ou categorizar esses grupos. Para o autor:

Verificamos a incoerência da noção tradicional de públicos (internos, externos e mistos), por ser incompleta e estar fundamentada em uma visão chamada de geográfica e nas estruturas empresariais

---

<sup>18</sup> Essa classificação abrange os agentes, atacadistas, casas-comissárias, comissários, concessionários, consignadores, consórcios, corretores, distribuidores, leiloeiros, representantes comerciais, revendedores e varejo.

centralizadas e de menor complexidade nos seus relacionamentos. (FRANÇA, 2008, p. 6).

França (2008) propõe uma conceituação lógica de públicos, havendo apenas duas categorias gerais: os públicos essenciais e os públicos não essenciais. Os essenciais são os que a instituição depende para se constituir, manter, sobreviver e executar suas atividades-fim. Os públicos não essenciais são os que possuem menor grau de influência em relação à organização e seus negócios. Para essa classificação o autor utiliza três critérios: o grau de dependência da organização de seus públicos para sua constituição, existência e permanência no mercado; o grau de participação dos públicos nos negócios da empresa; e o nível de interferência que os públicos podem exercer sobre a organização e seus negócios.

A conceituação lógica é precisa, de caráter universal. Examina o ponto de partida da relação e seus desdobramentos no campo dos interesses das partes. Aplica-se a qualquer tipo de relação e de público, esclarece a razão de ser da relação e o que se pretende alcançar com ela. (FRANÇA, 2008, p. 14).

Para o mesmo autor a grande vantagem dessa conceituação se baseia no tipo de relação e seu objetivo, além de apontar quem são os públicos, demonstra a importância, temporalidade e expectativa de ambos os lados dessa relação. Diferentemente da classificação tradicional que não demonstra os objetivos do público em face dessa interação com a organização e os resultados esperados por ele. O potencial dessa ideia é que com o conhecimento dessas expectativas no momento da criação de processos, sabe-se qual o método ou meio mais adequado para obter o resultado esperado com determinado público, enquanto que na classificação tradicional de públicos pode-se chegar a conclusões de estratégias equivocadas.

Além de conhecer o público e seus desejos, é fundamental, também, que a organização conheça as necessidades de seu grupo-alvo para criação de processos de Relações Públicas. Apesar de um planejamento ser muito bem construído e um método ser perfeitamente escolhido, o processo não obterá êxito se as necessidades de determinado público-alvo não forem atendidas prioritariamente. Isto é, deve-se planejar não só o evento ou o instrumento utilizado, mas todos os aspectos que envolvem a divulgação, acesso e acessibilidade deste instrumento em relação ao seu público, pois

caso contrário o maior objetivo de que a comunicação esteja ao alcance de todos, não será concretizado. É primordial, portanto, que as necessidades do público sejam analisadas e atendidas para que o objetivo de geração de imagem positiva se conclua com determinado processo.

Nessa situação o profissional de Relações Públicas tem em suas mãos todas as informações necessárias para criar processos para a organização que atendam aos objetivos do público-alvo, gerando assim a imagem positiva e a relação favorável desejada. Para este estudo será adotada a classificação de públicos de acordo com o conceito de França (2008), pois se entende que para a análise a ser realizada, distinguir os públicos como essenciais e não essenciais trará resultados mais concretos para a discussão de atendimento das necessidades do público-alvo do evento em questão.

Contudo, apesar de selecionarmos um público específico para determinado processo, é importante reconhecer que dentro desse pequeno segmento existirão diferentes necessidades. Essa diversidade representada em um mesmo público-alvo é fruto de uma mudança gradual ocorrida na população, que transformou alguns paradigmas de participação na sociedade. O objeto deste estudo, por exemplo, tem como um dos seus públicos essenciais, estudantes que pesquisam a temática da acessibilidade e dentro desse nicho de público estão diferentes pessoas, que cujas diferentes características e necessidades diversas, ilustram a complexidade do tema.

O Censo realizado pelo IBGE<sup>19</sup> em 2010 mostra essas mudanças de forma clara, onde, por exemplo, o percentual de idosos (pessoas com 65 anos ou mais) cresceu de 4,8% em 1991, para 7,4% em 2010, um crescimento de mais da metade da população em cerca de 20 anos. O número de pessoas com deficiência<sup>20</sup> também aumentou, atingindo a marca de 23,9% da população brasileira que se declara com algum tipo de deficiência. Diante do aumento dessas populações e de sua expectativa de vida, vemos aumentar,

---

<sup>19</sup> O Censo 2010 foi realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Foram visitados 67,6 milhões de domicílios brasileiros, entre agosto e outubro de 2010. O Censo tem como objetivo criar um retrato da população nacional e de suas características socioeconômicas.

<sup>20</sup> No que se refere às pessoas com deficiência, o Censo é autodeclaratório e amostral, isto é, não se sabe ao certo o grau da deficiência daqueles que se declaram como tal (se está enquadrado nas leis que as classificam, por exemplo), nem representa de forma censitária toda a população, mas a caracteriza através dos cálculos amostrais (PEREIRA, 2011)

por consequência, o número de pessoas que necessitam de alguma adaptação ou condição específica para terem acesso a um ambiente ou objeto.

Baptista, Martins e Villarouco (2003) ressaltam que esses números tendem a crescer, pois “avanços na medicina permitiram que pessoas sobrevivessem a acidentes e doenças que seriam fatais, o que deu uma maior sobrevida aos idosos. Ao mesmo tempo, guerras geravam veteranos portadores de deficiência” (BAPTISTA; MARTINS; VILLAROUCO, 2003, p. 2). Além disso, a população com deficiência, também tende a aumentar, pois muitas deficiências são adquiridas através de acidentes no trânsito e com armas de fogo e com o crescimento da violência no trânsito e urbana esses números também têm aumentado significativamente.

Além do aumento populacional citado, há também um representativo ganho de espaço quando o assunto é participação na sociedade. Esses segmentos da população têm adquirido espaço no mercado de trabalho, no acesso ao lazer e diversas esferas da vida social, com o apoio de leis e regras que determinam uma mudança estrutural na sociedade. Essas mudanças buscam proporcionar a esses sujeitos as mesmas condições de acesso às esferas sociais do restante da população.

Esse panorama apresentado pelo recorte da realidade das pessoas com deficiência e idosos, no Brasil, é apenas um dos exemplos que confirma a importância das organizações de estarem atentas para as diversas necessidades de seus públicos, pois como já discutido anteriormente, o atendimento a essas necessidades é ponto crucial para os resultados de um processo de Relações Públicas.

## **4 ACESSIBILIDADE EM EVENTOS: O CASO DO V CONGRESSO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA**

### **4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Com o objetivo de esclarecer os procedimentos metodológicos que orientaram este estudo, o presente capítulo busca apresentar as técnicas e abordagens que foram utilizadas ao longo desse trabalho a fim de que os objetivos propostos fossem atingidos de forma efetiva.

A metodologia utilizada em uma pesquisa é fundamental para seu êxito, pois as técnicas e instrumentos de coleta de informações e análise de dados são essenciais para que um estudo atinja suas metas, além disso, é importante que essas técnicas estejam em sintonia com os objetivos propostos e o problema levantado. Como ressaltam Barros e Junqueira (2006):

As técnicas de pesquisa disponíveis na literatura são como um conjunto de ferramentas. A escolha adequada da ferramenta de trabalho é fundamental para conseguir êxito na pesquisa. As opções são várias, mas a definição deve ser feita a partir do problema de pesquisa e do objeto de estudo. (BARROS; JUNQUEIRA, 2006, p. 45).

Para o desenvolvimento do estudo proposto, foi utilizada uma pesquisa qualitativa, pois se entendeu que esta foi a forma mais adequada de atingir os objetivos traçados para este trabalho, visto que o presente estudo busca descrever e analisar os recursos de acessibilidade em eventos, utilizando como objeto para estudo de caso o *V Congresso Brasileiro de Comunicação Alternativa (CBCA)*. Richardson (2010) destaca que a pesquisa qualitativa caracteriza-se exatamente pelo fato de não buscar quantificar dados e informações obtidas em uma pesquisa, mas sim em realizar análises sem instrumental estatístico de situações complexas e específicas, como é o caso do objeto deste estudo.

A fim de se obter os resultados esperados, entendeu-se, que para o objetivo proposto, o estudo de caso foi a metodologia mais adequada para realização da pesquisa. Conforme define Yin (2001, *apud* GIL, 2005) o estudo

de caso é uma pesquisa empírica, que analisa um fenômeno dentro de seu contexto de realidade, ou seja, é indicado para o estudo detalhado de objetos específicos atuais e seus contextos. Além de o *V CBCA* ser um evento contemporâneo, a hipótese de que o estudo de caso fosse a ferramenta mais adequada é confirmada pelo fato de que a análise do evento em questão busca levantar, não apenas os critérios empregados nesse evento específico, mas obter um panorama atual da temática proposta para análise. Como completa Castro (1977, *apud* BARROS; DUARTE, 2006), essa é uma das vantagens de determinada técnica, visto que o estudo de caso, apesar de estudar um objeto específico, sugere uma análise a respeito do todo complexo de um contexto da vida real.

Com isso, propôs-se então, um estudo de caso para analisar o objeto de pesquisa deste estudo, o *V Congresso Brasileiro de Comunicação Alternativa* e o contexto no qual este evento esteve inserido.

Definido então o método de pesquisa para o presente estudo, realizou-se inicialmente uma pesquisa bibliográfica acerca da temática da acessibilidade, envolvendo seu panorama atual e sua relevância para organização de eventos que buscam aproximar um determinado público da instituição promotora de tal acontecimento. Para Stumpf (2006), a pesquisa bibliográfica é o passo inicial de qualquer trabalho de pesquisa, contemplando a identificação de bibliografia pertinente ao assunto abordado, através da análise e seleção de literatura e documentos. Essa primeira etapa de pesquisa constitui-se de uma revisão bibliográfica onde foram levantadas e estudadas as teorias clássicas e discussões atuais a respeito da temática da acessibilidade e também, da acessibilidade em eventos. Foram revisados, também, os materiais publicados sobre a área de Relações Públicas, seus profissionais e mais especificamente sobre a relação destes com os eventos.

Após a realização do levantamento bibliográfico, utilizou-se como técnica de pesquisa a observação não participante para descrição e análise do *V CBCA*. Segundo Peruzzo (2006), o que caracteriza a observação é a interação entre o pesquisador e o grupo ou contexto pesquisado, isto é, “consiste na inserção do pesquisador no ambiente natural de ocorrência do fenômeno e de sua interação com a situação investigada” (PERUZZO, 2006, pag. 125).

De acordo com a classificação de Richardson (2010), neste estudo utilizou-se a técnica da observação não participante, visto que a pesquisadora não se inseriu no contexto como membro do grupo e situação pesquisados, tendo atuado apenas como espectadora da situação e contexto. Ainda de acordo com este autor, classifica-se a análise realizada do objeto como observação assistemática, visto que os apontamentos acerca do objeto foram realizados de modo mais livre, sem listas ou registros pré-determinados.

Gil (2010) destaca uma das vantagens dessa técnica de pesquisa uma vez que a subjetividade comumente presente nas pesquisas tende a ser reduzida com a utilização da técnica de observação, visto que a análise e coleta dos dados são realizadas de modo direto, sem nenhuma intermediação nesse processo. Richardson (2010) levanta ainda outro ponto positivo de tal técnica, destacando o fato de que a obtenção da informação e observação das atitudes e fatos no momento em que acontecem é uma das vantagens que proporciona a observação ser uma técnica de pesquisa muito rica em suas análises.

Realizada a observação e seus respectivos registros, partiu-se então para análise dos dados obtidos. Retomando conceitos apresentados na pesquisa bibliográfica, foi apresentado, de forma detalhada, o caso estudado à luz dos autores utilizados no referencial. Assim, os recursos observados foram descritos e analisados criticamente, evidenciando assim as intervenções propostas pelos autores no referencial teórico.

Por fim, foram apresentadas as considerações da pesquisa realizada e a relevância de seus resultados para a sociedade e em particular para o profissional de relações públicas.

#### 4.2 O EVENTO: V CONGRESSO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA

Para realização deste estudo, foi utilizado como objeto de pesquisa o *V Congresso Brasileiro de Comunicação Alternativa*. O evento foi realizado entre os dias 2 e 4 de setembro de 2013, no Centro de Eventos da Fundação de

Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FAURGS), na cidade de Gramado, no estado do Rio Grande do Sul. A cidade de Gramado fica localizada na serra gaúcha, a 115 km da capital Porto Alegre.

O Congresso Brasileiro de Comunicação Alternativa é um evento que ocorre a cada dois anos, em diferentes estados brasileiros. Trata-se de uma promessa firmada entre a ISAAC<sup>21</sup> e a então fundada ISSAC Brasil<sup>22</sup>, durante a XI Conferência Bianual da ISAAC, realizada em outubro de 2004, na cidade de Natal, no estado do Rio Grande do Norte. O objetivo do acordo firmado era proporcionar maior espaço para discussão sobre a temática da Comunicação Alternativa<sup>23</sup> no país e abrir um novo capítulo na história brasileira no que tange a esse assunto.

Com a temática *Comunicar para Incluir*, a 5ª edição do CBCA contou com uma presença recorde de cerca de 650 participantes, entre estudantes, professores, pesquisadores e profissionais de diversas áreas que trabalham, estudam ou se interessam pelo tema da Comunicação Alternativa e seus correlatos, bem como seus usuários diretos ou indiretos. O evento tinha como objetivo geral “prover um fórum amplo para debates e projetos de cooperação nacional e internacional na área da Comunicação Alternativa (CA) para a inclusão social, escolar e laboral de pessoas usuárias de CA”<sup>24</sup>, além de contribuir para a consolidação da CA como área de conhecimento multidisciplinar no país; congregar e integrar diferentes comunidades com interesse na temática da Tecnologia Assistiva; promover o intercâmbio de experiências, conhecimento e pesquisas na área da Comunicação Alternativa e estabelecer redes de comunicação acerca desta temática; reunir diversas pessoas que convivem com a CA para facilitar a troca de informações e experiências e promover a criação de uma revista científica nacional para a divulgação dos trabalhos de investigação da temática.

---

<sup>21</sup> A ISAAC é a Sociedade Internacional de Comunicação Suplementar e Alternativa que trabalha na busca de melhorias de condições vida de usuários de Comunicação Alternativa.

<sup>22</sup> A ISAAC Brasil é um órgão que atua em âmbito nacional, com os mesmos objetivos da Sociedade Internacional.

<sup>23</sup> A Comunicação Alternativa engloba todos os recursos existentes e disponíveis, (como por exemplo, as pranchas de comunicação que utilizam pictogramas), e que auxiliam as pessoas com defasagem na fala ou escrita funcional à se comunicarem e expressarem seus sentimentos (BERSCH, 2008).

<sup>24</sup> Disponível em <http://www.ufrgs.br/teias/site5/objetivos>.

Contando com realização de mesas de discussões, painéis, conferências, minicursos, workshops e apresentação de pôsteres, o evento possuía como eixos temáticos: aquisição, desenvolvimento e avaliação de linguagem e comunicação; comunicação alternativa e inclusão escolar; educação e processos de aprendizagem mediados pela CA; aquisição de leitura e escrita com Comunicação Alternativa; tecnologia e acessibilidade para linguagem e comunicação; sistemas de comunicação alternativa; ensino e intervenção em linguagem e comunicação; formação de professores, pais e outros profissionais dirigida à linguagem e comunicação; modelos teóricos e pesquisas científicas em CA; comunicação alternativa para inclusão social e relatos de experiência e CA.

Em cada edição, a responsabilidade da promoção e organização do evento fica a cargo de uma instituição e é realizada em um Estado diferente. Na sua 5ª edição, o *Congresso Brasileiro de Comunicação Alternativa*, foi promovido pela ISAAC Brasil e articulado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em parceria com a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), com o apoio da Catédra de Tecnologias da Comunicação e Informação da UNESCO, entre outras entidades, instituições e pesquisadores da área.

A seguir será apresentada a análise dos recursos de acessibilidade disponíveis no evento, verificados ao longo da observação realizada. Os apontamentos serão levantados de acordo com o referencial teórico apresentado anteriormente e a análise realizada pela pesquisadora.

#### 4.3 RECURSOS DE ACESSIBILIDADE: OBSERVAÇÃO V CONGRESSO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA

O evento que serve de objeto para este estudo foi voltado para o público que convive direta ou indiretamente com a deficiência. Diante desta realidade uma das primeiras questões que se colocou no momento do planejamento e organização do evento foi a acessibilidade do local onde o mesmo seria realizado. Conforme ressalta Sassaki (2006), quando discute a inclusão social

e a construção de uma sociedade pensada para todos, promover a inclusão de pessoas com deficiência não é algo que deve ser pensado ao final de um projeto, seja ele qual for e em que esfera esteja situado, mas deve ser praticado desde o princípio de um planejamento. Sendo assim, no momento da escolha do local de realização do evento já se pensava na acessibilidade necessária a todos os participantes do Congresso.

A escolha do local demonstra, também, do ponto de vista do profissional de Relações Públicas, uma sintonia com Lopes (2003), para quem, os eventos só conseguem atingir seus objetivos quando bem planejados e organizados de acordo com as necessidades de seu público-alvo.

O centro de eventos da FAURGS foi o local escolhido e o espaço apresenta diversos recursos de acessibilidade arquitetônica para pessoas com deficiência. A realização do *V Congresso Brasileiro de Comunicação Alternativa* concentrou-se no Pavimento 1 (Anexo A), do centro de eventos da FAURGS. Neste ambiente encontram-se o auditório principal, Van Gogh, os auditórios auxiliares Locatelli, Da Vinci e Rembrandt (chamados de sala de apoio ao longo desta análise), além do pavilhão de exposições e banheiros. Conforme apontam Dischinger, Ely e Piardi (2012) para considerarmos um espaço acessível arquitetonicamente deve se analisar os seus locais de acesso, recepção, circulação e espaços de utilização coletiva. Nos acessos externos do centro de eventos, rampas e pisos táteis são disponibilizados para a mobilidade mais autônoma e segura de pessoas com deficiência física e visual.

Além disso, na entrada do Pavimento 1, do Centro de Eventos, também havia as rampas de acesso para utilização, quando necessária. Ainda neste pavimento, foi identificada a disponibilidade de banheiros acessíveis, para uso de indivíduos com diferentes necessidades.

Figura 1 – Entrada acessível Auditório Van Gogh (FAURGS)



Fonte: Acervo V Congresso Brasileiro de Comunicação Alternativa

No auditório principal, Van Gogh, (onde foram realizadas a abertura, encerramento e principais conferências do evento) e nas salas de apoio, Locatelli, Da Vinci e Rembrandt, (onde foram realizados os mini-cursos, workshops e mesas de discussões) as entradas eram acessíveis, ou seja, não havia barreiras como escadas ou degraus, que impedissem o livre acesso de qualquer participante do evento.

Na Figura 1, pode-se observar ao centro, o acesso do público, sem nenhuma barreira que impedisse a circulação de uma cadeira de rodas ou sujeito com mobilidade reduzida. Na mesma figura, o acesso através de rampa ao palco também sinaliza o acesso das pessoas com deficiência não somente como espectadoras, mas com a possibilidade de protagonismo no Evento.

Ainda sobre a acessibilidade arquitetônica, no auditório Van Gogh havia espaços reservados nas primeiras filas da plateia para cadeirantes (Figura 2), já nas salas de apoio havia espaço em frente à plateia para acomodação de pessoas com deficiência. Ainda no que tange aos acessos apenas a sala Rembrandt e o auditório Van Gogh dispunham de rampa para acesso ao palco. Infere-se, com isto, que nas salas Locatelli e Da Vinci, o acesso, ao palco, a algum palestrante com deficiência foi vetado, no momento em que não foi proporcionado meio autônomo e seguro para seu acesso ao local.

Figura 2 – Espaço reservado para pessoas com deficiência.



Fonte: Acervo V Congresso Brasileiro de Comunicação Alternativa

Ainda nesta etapa de planejamento do evento foi projetado o site do Congresso<sup>25</sup> que disponibilizava recursos de acessibilidade metodológica para deficientes visuais. O conteúdo disponível na página podia ser acessado através de programas leitores de tela que auxiliam pessoas com deficiência na navegação de páginas da *web*. Além disso, o site buscou se tornar acessível em sua comunicação, para que assim, cumprisse seu objetivo de disponibilizar a qualquer público do evento as informações necessárias para inscrição, programação do evento, entre outros assuntos. A inscrição de participantes no evento se dava através de preenchimento de um formulário disponível no site. O formulário também estava acessível a programas leitores de tela e, com o seu preenchimento, era informado por autodeclaração à comissão organizadora do evento, necessidades diferenciadas que o participante viesse a necessitar ao longo do Congresso. Além de buscar obter informações a respeito do seu público-alvo, já nesse momento a comissão organizadora do evento começa a criar vínculo com o público e gerar imagem positiva do evento diante deste. Como ressalta Grunig (2011), os profissionais de Relações Públicas, hoje, enxergam como prioridade os objetivos do público, visto que

---

<sup>25</sup> <http://www.ufrgs.br/teias/site5/congresso>

esses formam a imagem de uma instituição ou evento e essa imagem é fundamental para o sucesso da relação entre ambos.

Caracterizado como evento aberto onde, segundo definição de Matias (2001), o público pode aderir ao acontecimento mediante inscrição, a organização do evento buscou, através do formulário, obter informações relativas ao perfil dos participantes do *V CBCA*, para que, de posse desses dados, pudesse realizar um evento que atendesse às necessidades e objetivos do seu público principal.

Com esse método foi possível atender as necessidades de todos os participantes, sem que recursos humanos e financeiros do evento fossem dispensados indevidamente. Ainda através do preenchimento deste formulário, foi possível traçar os perfis dos participantes do *CBCA* e planejar, com muito mais eficiência, o evento com foco nesses públicos. Como destacado por Matias (2001), mediante pesquisa, planejamento e controle, o evento é uma ferramenta com grande potencial, pois atrai a atenção do público e desperta emoções nas pessoas. Quando bem planejado, como no caso do evento analisado, atende os objetivos do público e assim, conseqüentemente, os objetivos da organização.

O *V CBCA* se fez presente ainda nas redes sociais virtuais Facebook<sup>26</sup> e Twitter<sup>27</sup>, no entanto, como os perfis cadastrados nessas redes seguem um padrão mundial, em diversos momentos esses dois meios de comunicação não foram acessíveis para todos os públicos.

Figura 3 – Audiodescrição página Facebook



Fonte: Página Facebook *V Congresso Brasileiro de Comunicação Alternativa*

<sup>26</sup> <https://www.facebook.com/VCBCA>

<sup>27</sup> [https://twitter.com/VCB\\_CA](https://twitter.com/VCB_CA)

Contudo como alternativa para tornar a página do Facebook acessível aos interessados, foi inserida uma audiodescrição nas postagens realizadas na rede social Facebook (Figura 3). Com esse recurso o público com deficiência, especialmente visual, poderia ter acesso ao conteúdo disponibilizado pela rede, sem ser alijado das informações do evento. Apesar de não solucionar de modo definitivo a falta de acessibilidade apresentada pela rede social virtual, esta ação demonstra o interesse da organização em buscar alternativas que tornassem o Congresso, no seu todo, acessível a qualquer participante. Como propõe Sasaki (2006), quando discute o conceito de desenho universal, onde as ferramentas, meios de comunicação e informação, e a sociedade devem ser pensadas e construídas para todos, sem segregar as minorias que necessitam de recursos diferenciados.

Antes do início do evento foi enviado aos palestrantes e apresentadores de trabalho um manual, com material a respeito do Congresso e da temática que o envolvia. Esse manual, com uma série de apontamentos, abordava informações de como realizar uma apresentação acessível (Anexo B).

O material foi todo disponibilizado em formato acessível a programas leitores de telas, para que pessoas com deficiência visual pudessem ter total acesso ao seu conteúdo. Esta ação evidenciou o cuidado para com todos os públicos do evento, pois ao se proporcionar ou mesmo exigir acessibilidade a todos os públicos pode-se incorrer em algum descontentamento a outro, isto é, exigir apresentações acessíveis poderia gerar desconforto de algum palestrante que talvez não soubesse como fazê-lo.

Logo, este material representou uma atenção aos envolvidos com o evento – palestrantes – que precisavam fazer a sua parte para proporcionar acesso a todos. Percebemos com isso, que mais do que proporcionar acesso nos três dias de evento, a comissão organizadora, mesmo que de forma não consciente – pois não há dados para se evidenciar a intenção destas ações, buscou deixar um legado de aprendizagem aos participantes do Congresso. Desta forma, atuou não apenas como promotora do evento, mas como educadora, ressaltando a importância da promoção de eventos acessíveis a qualquer sujeito.

Ao longo dos três dias de realização do evento, foi possível identificar recursos de acessibilidade em diversos meios, espaços ou instrumentos, mas,

principalmente, em produtos e meios de comunicação que buscavam informar o público participante sobre o evento e tudo que o envolvia, para que assim os participantes tivessem autonomia de participação no Congresso.

Figura 4 – Cartazes de Sinalização do Congresso



Fonte: Acervo V Congresso Brasileiro de Comunicação Alternativa

Os cartazes presentes em diversos locais do centro de eventos da FAURGS buscavam informar os participantes a respeito da localização de banheiros, das salas de apoio e auditório, local onde podia ser realizado o credenciamento do Congresso, central de informações, onde monitores ficavam disponíveis para sanar quaisquer dúvidas ou questionamentos dos participantes, entre outros tipos de informações. Os cartazes (Figura 4) foram confeccionados utilizando Braille, pictogramas de Comunicação Alternativa, sinalização em Libras, Português, Inglês e Espanhol para que todas as pessoas, inclusive com deficiência e usuários da CA, pudessem de modo livre e independente obter as informações necessárias para participarem com autonomia do evento.

Figura 5 – Central de informações, ao fundo cartazes em Comunicação Alternativa



Fonte: Acervo do V Congresso Brasileiro de Comunicação Alternativa

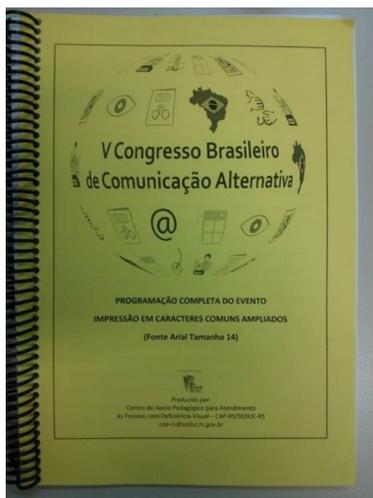
Assim, como mostra a Figura 5, as informações, tantas quantas fossem necessárias, estavam disponíveis e sinalizadas para o acesso de todas as pessoas no Evento. Na busca por criar ou manter uma imagem positiva e obter sucesso com a realização de um evento perante seu público, a informação e a comunicação são fatores de grande importância e, percebe-se na análise realizada, que a comissão organizadora do evento reservou atenção especial a esses aspectos.

Figura 6 – Programação do evento em Braille



Fonte: Acervo V Congresso Brasileiro de Comunicação Alternativa

Figura 7 – Programação do evento em Fonte Ampliada



Fonte: Acervo V Congresso Brasileiro de Comunicação Alternativa

Além desses cartazes, foi disponibilizada, também a programação completa do evento em Braille (Figura 6) e em formato ampliado, conforme mostra a Figura 7.

A programação, inserida no contexto de comunicação e informação, é uma ferramenta essencial à comunicação de um evento, pois apresenta dados fundamentais para que o público tenha conhecimento do planejamento de tal acontecimento. Na programação do Congresso era possível obter todas as informações referentes às atividades e horários do V CBCA, disponibilizando todas as conferências, minicursos, workshops, etc., além do local de realização e ministrante de cada atividade e programação social.

Ainda nessa programação podia-se obter um breve resumo acerca da experiência de cada ministrante nas pesquisas e discussões em torno da Comunicação Alternativa. As programações foram confeccionadas em papel e formato regular, acessível a todo o público que dispensava algum atendimento específico, Braille e em formato ampliado – este último por solicitação específica de um participante - e em formato digital.

Como destacado por Silva (2003), um rigoroso cuidado com o custo e verba disponível para um evento são fundamentais para seu sucesso, portanto, buscou-se, ao longo do evento, utilizar métodos que atendessem às necessidades de todos os participantes, mas que não representassem custo

demasiado para a organização do evento, logo o formato ampliado e Braille, que representavam algum custo extra foram feitos tendo em vista alguma demanda, que só foi possível de se ser verificada através do planejamento. Já o formato digital foi disponibilizado em larga escala, visto que não representava custos que impactassem no equilíbrio financeiro da organização do evento. Fica claro, assim, a importância do planejamento para o profissional de relações públicas, pois segundo Silva (2003), apenas mediante um bom planejamento pode-se analisar as variáveis de um evento, como recursos financeiros, públicos e objetivos, para então, se organizar um acontecimento com foco nas metas traçadas. Muitos dos recursos disponibilizados ao longo do evento foram obtidos através de parcerias entre organizações que confeccionaram ou doaram os recursos e a comissão organizadora do evento<sup>28</sup>. Ressalta-se com isto, que a promoção de um evento acessível depende, não apenas da disponibilidade de recursos financeiros, mas também do engajamento de quem o promove, na busca por esse objetivo, pois como no caso analisado, vemos que é possível a oferta de recursos de acessibilidade sem que a organização financeira do evento fique muito prejudicada.

Durante o evento percebeu-se a ausência da audiodescrição em algumas situações, ainda que houvesse pessoas com deficiência visual. Ao longo dos três dias de evento, em diferentes atividades foi possível identificar situações em que a audiodescrição seria um recurso importante para que os participantes com deficiência visual pudessem ter contato e obter o conteúdo disponibilizado em vídeos e apresentações dos palestrantes ou ministrantes de minicursos e workshops. Embora não se possa afirmar, é possível que a decisão da ausência deste recurso estivesse baseada nos fatores relacionados à custos, uma vez que a audiodescrição ainda não é um recurso popularizado e acessível.

Contudo, o Comitê de Acessibilidade do Congresso, disponibilizou a descrição dos espaços para todas as salas, conforme exemplo do Auditório Principal:

***DESCRIÇÃO DO AUDITÓRIO VAN GOGH-*** *A entrada deste auditório tem um pequeno corredor que leva às cadeiras, estas são removíveis e sem*

---

<sup>28</sup> Informação verbal fornecida pela presidente do V CBCA.

*apoio de braço, distribuídas em semicírculo num plano inclinado para melhor visualização do palco.*

*Com capacidade para mil pessoas, o auditório está com uma decoração permanente que faz parte do cenário da peça “Korvatunturi”.*

*No lado esquerdo do palco tem uma imensa árvore decorativa, seus galhos se estendem pelo alto acompanhando o teto do auditório como se fosse uma floresta. Nas paredes, corredores corrimãos há também folhas e musgos decorativos da peça.*

*À direita do corredor principal há outro corredor plano que é acessível para cadeirantes e para pessoas com mobilidade reduzida, este conduz ao centro do auditório e ao espaço destinado à Feira. A saída de emergência fica à direita do palco.*

Esta descrição foi realizada na abertura do Congresso e disponibilizada em todas as salas de trabalho, para que os Coordenadores de Mesa fizessem a leitura sempre que houvesse uma pessoa com deficiência visual presente. Embora não seja a situação ideal, revela novamente uma preocupação com os públicos à medida daquilo que consegue efetivamente realizar.

Figura 8 - Reprodução Hino Nacional em pictogramas na cerimônia de abertura do evento



Fonte: Acervo V Congresso Brasileiro de Comunicação Alternativa

Na cerimônia de abertura do evento foram apresentados em telão, no auditório principal, o Hino Nacional e o Hino Rio-grandense em Comunicação Alternativa, utilizando pictogramas (Figura 8). Os pictogramas, como já abordado, são um recurso de Comunicação Alternativa, utilizados por pessoas com dificuldades em se comunicar e que a utilizam como meio para efetivar a

comunicação com o mundo e os outros sujeitos. Esse ponto ressalta o fato de que desde o início e na grande maioria percebeu-se uma preocupação do evento com todos os seus participantes, buscando promover um Congresso com recursos de acessibilidade a todas as pessoas. Como abordado por Giácomo (1997), é fundamental que o público-alvo seja o principal ponto de planejamento e organização de um evento, pois sem ele o acontecimento é desprovido de todo seu significado e dificilmente atingirá seus objetivos.

Nas atividades do evento, que ocorreram no auditório Van Gogh, foi realizada tradução em Libras por intérpretes profissionais. Nas cerimônias de abertura e encerramento, além das principais palestras e reuniões que aconteceram ao longo de todo o Congresso, os intérpretes realizaram a tradução das apresentações. Nas demais atividades, essa tradução não foi disponibilizada, mas apesar disso, entende-se que não houve prejuízo aos participantes visto que nenhum inscrito apontou a necessidade da tradução em Libras ou deficiência auditiva para a Comissão Organizadora do evento. Contudo, a manutenção dos intérpretes foi justificada pelo fato de, naquele auditório, estar sendo realizada a transmissão ao vivo das palestras pela TV UFRGS, e neste sentido, não haver a dimensão da necessidade deste recurso para as pessoas que assistiam de forma *online* o evento.

Ao fim do primeiro dia de evento foi realizado um coquetel de abertura, no pavilhão de exposições do centro de eventos, para o qual todos os participantes do Congresso foram convidados, entre palestrantes, estudantes, pesquisadores, inscritos, entre outros. Observou-se que a composição das mesas de serviço eram acessíveis, tanto na sua disposição como na altura, permitindo o acesso livre e autônomo, inclusive aos cadeirantes que participavam do evento. No mesmo formato do coquetel, no entanto em menor dimensão, foram disponibilizados, durante os três dias, nos intervalos das atividades programadas, o *coffee-break* para os participantes. Como no coquetel, as mesas eram alocadas de modo que todos tivessem amplo acesso ao serviço disponibilizado com autonomia. Sasaki (2006) ressalta como ponto fundamental para a acessibilidade de qualquer espaço ou meio, a autonomia. Esta deve estar sempre ao lado de recursos e serviços que venham proporcionar acesso às pessoas com deficiência. Vemos portanto, que no evento analisado, buscou-se atentar a esses critérios de domínio do espaço em

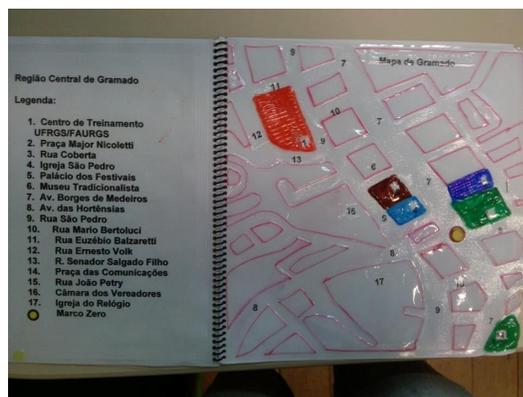
todos os momentos, a fim de que os participantes pudessem ter uma experiência livre e positiva de participação no Congresso. Ressalta-se, também, a importância do acesso e participação dos sujeitos em todos os momentos como este, não estando restrito apenas às palestras, conferências e discussões, mas também dos momentos de lazer, pois são também nestas situações que ocorrem as trocas culturais e o relacionamento com a alteridade.

Figura 9– Mapa Tátil da cidade de Gramado



Fonte: Acervo V Congresso Brasileiro de Comunicação Alternativa

Figura 10 - Mapa da região central de Gramado em formato Braille e Tátil



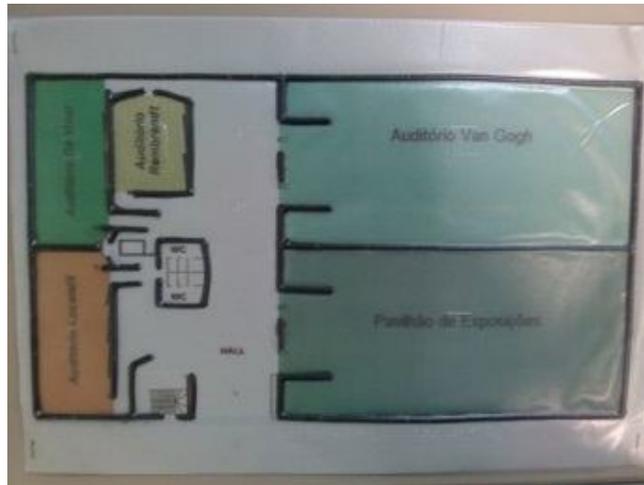
Fonte: Acervo V Congresso Brasileiro de Comunicação Alternativa

Durante os três dias de realização do evento esteve disponível para visualização e acesso um mapa tátil da cidade de Gramado (Figura 9) e o Mapa da Região central de Gramado em Formato Braille e Tátil (Figura 10). O mapa todo confeccionado em alto relevo, foi utilizado por todos os participantes que puderam obter, a partir de tal instrumento, informações sobre a cidade e seus pontos turísticos para além da programação do Congresso.

Embora confeccionados para as pessoas com deficiência visual, observou-se muita curiosidade em volta destes recursos por todos os participantes. Levanta-se, com isto, o questionamento se ainda não vivemos hoje uma realidade de integração das pessoas com deficiência. Se analisarmos a integração como a inserção dos sujeitos com deficiência na sociedade, sem oferecer a eles os recursos necessários (SASSAKI, 2006), pode-se dizer que essa é ainda nossa realidade em muitos momentos, pois com a surpresa dos demais participantes diante da ferramenta acessível, vemos que essa não é uma realidade presente em nossa sociedade. São os padrões de normalidade e anormalidade que, como ressalta Vygotsky (1998), criam a cultura do preconceito e reafirmam a não participação de todos.

Após o evento, ambos foram doados à Cidade de Gramado, que não dispunha até então deste recurso. Confirma-se, diante disto, o fato de que o evento possui um potencial de transformação social, e como ressaltam Pinto e Rodrigues (2008), deixa legados tangíveis e intangíveis aos locais onde são realizados, proporcionando conquistas e avanços às culturas e populações por onde passam.

Figura 11 – Mapa Tátil centro de eventos FAURGS



Fonte: Acervo V Congresso Brasileiro de Comunicação Alternativa

Além do mapa da cidade, ainda foi disponibilizado um mapa tátil do centro de eventos da FAURGS (Figura 11). Através desse, os participantes do evento com deficiência visual podiam localizar-se de melhor forma dentro do Centro de eventos onde foi realizado o V CBCA, assegurando sua participação de forma mais autônoma ao evento. Esses mapas táteis são uma ferramenta de localização para pessoas com deficiência visual, pois sendo em alto relevo, permitem a todos com o sentido do tato, obter informações e conteúdo daquele objeto. Esses instrumentos proporcionaram, aos participantes, as condições de orientabilidade, comunicação e uso, apontadas por Cardoso (2012), como essenciais para uma experiência autônoma e independente das pessoas com deficiência.

Figura 12 – Totem Digital



Fonte: Acervo V Congresso Brasileiro de Comunicação Alternativa

Outro recurso importante foi o totem digital (Figura 12) para uso de todos os participantes. Este recurso, usualmente disponibilizado para informação e veiculação de mídia, podia ser utilizado por todas as pessoas presentes no V Congresso Brasileiro de Comunicação Alternativa. O totem foi desenvolvido com audiodescrição das telas e informações para que pessoas com deficiência visual utilizassem o equipamento de modo independente. A ferramenta estava ao alcance de todos os participantes e foi confeccionado em uma altura de modo que todos os congressistas tinham acesso livre e autônomo da ferramenta, mesmo os cadeirantes. No totem era possível obter informações como programação do evento, fotos, vídeos e site. Além disso, estava disponível também o mapa digital do Centro de Eventos da FAURGS, que os participantes podiam utilizar para facilitar sua localização e locomoção dentro do local.

Esses meios confirmam a hipótese de que a acessibilidade metodológica e instrumental e as tecnologias assistivas podem proporcionar, às pessoas com deficiência, uma vida mais independente e de decisões individuais. Conforme destaca Bersch (2008), esses meios proporcionam aos sujeitos com deficiência uma vida independente e autônoma, visto que possibilitam a liberdade de realizar atividades sem o auxílio de outras pessoas.

Ainda após o término do evento, pode ser observada a aplicação de recursos de acessibilidade para participação de todos. Os anais do evento foram disponibilizados em formato Mc Daisy, que como já explicado anteriormente é um formato de documento acessível a programas leitores de tela.

Ainda relativo a esses materiais, os anais foram entregues aos participantes que apontaram no formulário de inscrição alguma necessidade diferenciada, em um *pen drive*, onde o conteúdo estava disponível em formato acessível. Percebe-se que mesmo após o término do Congresso, a comissão organizadora buscou efetivar o acesso de todos os participantes aos conteúdos do evento, atendendo as necessidades do seu público-alvo e proporcionando a todos os sujeitos um acesso igualitário à informação.

Além disso, a avaliação do evento, disponibilizada em papel ainda no espaço do evento, foi enviada por e-mail a todos os participantes cadastrados, permitindo o acesso daqueles que não poderiam responder a pesquisa no seu formato tradicional – papel. Com isto, foi possível garantir a participação de todas as pessoas nas etapas do evento, não apenas promovendo sua participação, mas também analisando sua percepção do acontecimento como um todo. Aqui, garantiu-se também a participação cidadã, oferecendo a este sujeito um espaço para crítica, sugestões e etc.

Como apontam Dischinger, Ely e Piardi (2012), uma das maiores barreiras que as pessoas com deficiência encontram são o preconceito e a discriminação. Com pensamentos e atitudes inclusivos há maiores possibilidades de transformar a cultura atual, que ainda discrimina os sujeitos que são diferentes da maioria.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas e reflexões acerca da temática da inclusão social e da acessibilidade tem sido destacadas no que se refere à importância do tema, principalmente quando se discute a participação de todos os sujeitos em sociedade. Com o aumento do número de pessoas com deficiência, revelado por dados oficiais, é fundamental que haja um preparo cada vez maior da sociedade no recebimento dessas pessoas, mediante a promoção da acessibilidade e da inclusão social.

Pôde-se perceber, na escassez de bibliografias que relacionam a temática da inclusão e da deficiência com outras áreas do conhecimento, para além da Educação e Saúde, como a Comunicação e, principalmente, aporte teórico e legal que fundamente iniciativas profissionais no que tange a esse assunto.

Como ressaltado ao longo deste trabalho é fundamental que sejam atendidas as necessidades das pessoas com deficiência e que seu acesso e oportunidades em todas as esferas sociais tornem-se mais igualitárias aos demais sujeitos. Qualquer organização seja pública ou privada, que busque manter uma relação positiva com seus públicos deve atentar para o atendimento dessas necessidades prioritariamente, pois apenas com uma relação favorável para ambas as partes (público versus organização) é que será possível manter sua existência no mercado atual, perante a concorrência.

Com base nos dados obtidos através da observação realizada *no V Congresso Brasileiro de Comunicação Alternativa* comprova-se que é possível realizar um evento acessível mediante planejamento e organização. O profissional que buscar promover a acessibilidade em sua atividade, como o Relações Públicas na oferta de um evento, obterá sucesso se entender a essência da inclusão social e, principalmente, a importância das diferenças na construção de nossa sociedade.

Em muitos casos, vemos a promoção de eventos não acessíveis justificados pelo motivo financeiro e pouca verba, justificados ainda mais pelo

fato de as pessoas com deficiência serem minoria. Opta-se por atender as necessidades e desejos das maiorias e acaba-se por não atender as prioridades de públicos considerados como minoritários. Contudo é fundamental entendermos que os grupos minoritários são importantes para o sucesso e existência de uma organização, pois atualmente ganham cada vez mais espaço. Com os resultados apresentados por essa pesquisa, comprova-se que com planejamentos adequados, como no caso do objeto analisado, é possível estruturar orçamento e necessidades do público-alvo de um evento, sem abrir mão dos desejos e prioridades dos públicos principais. Com engajamento e organização, as instituições que desejarem promover eventos acessíveis terão sucesso, podendo utilizar-se de diversas oportunidades.

Este estudo destaca, também, o papel e a responsabilidade que profissionais como os Relações Públicas, possuem na disseminação do ideal da inclusão social. Nas organizações em que se encontram são esses profissionais que podem evidenciar a administração a importância que a promoção da acessibilidade adquire quando se busca atingir todos os públicos influenciados por uma instituição. O caso do evento analisado elucida o fato de que o profissional de Relações Públicas é um dos mais indicados para realização do planejamento e organização de um evento que busque ser ferramenta de relacionamento de uma organização com seus diversos públicos. No V *CBCA*, a presença de Relações Públicas na comissão organizadora (entre alunos e profissionais) fez toda diferença para que se pensasse no público como alvo principal do evento e, então, se buscasse atender as necessidades desse público a priori.

Em diversas ferramentas escolhidas, entres as quais, os eventos, promover o acesso para todas as pessoas é fundamental na criação e manutenção de uma imagem positiva diante da opinião pública.

Conforme este estudo revela, com conhecimento prévio do público que se deseja atingir, planejamento e entendimento das necessidades que esse mesmo venha a ter, é possível promover um evento acessível a todas as pessoas que dele possam vir a participar, respeitando a autonomia e independência dos sujeitos, promovendo a comunicação, orientação, uso e deslocamento seguros.

Ao longo desta pesquisa, foi identificada a escassez de bibliografias a acerca da temática de eventos, sendo clara a ausência de discussões que revisem conceitos e apontem levantamentos mais profundos a respeito desta ferramenta. Apesar disto, fica destacado, que os eventos, assim como outras ferramentas de Comunicação e relacionamento, possuem um grande potencial de transformação social. Os eventos deixam legados tangíveis e intangíveis nas cidades que os sediam e proporcionam à população e cultura locais algumas conquistas possíveis através da organização desses acontecimentos.

A cidade de Gramado, sede do V *CBCA*, absorveu um legado de conhecimento e cultura, em relação à acessibilidade com a realização do Congresso. A presença de autoridades locais já revelava à época do evento um interesse pelos movimentos advindos da temática e organização acessível, mas após o evento, a Secretaria de Turismo<sup>29</sup> do município passou a discutir e rever conceitos legais a respeito da acessibilidade e têm buscado ajustar recursos municipais que não se enquadram às necessidades das pessoas com deficiência, isto é, se despertou para a temática. O governo do município já construiu, até mesmo, projetos para estruturação de recursos de acessibilidade na cidade e encaminhou para análise do governo federal, para que sejam identificadas as possibilidades técnicas e viabilidade financeira, para tais transformações<sup>30</sup>.

Essa nova postura é fundamental para o desenvolvimento do município, uma vez que o país tem boa parte de sua economia vinculada ao turismo. Atendendo às necessidades de todos que possam vir a conhecer o local e usufruírem dos seus pontos turísticos, o potencial de aumento da economia é bastante grande. Contudo, o que mais engrandece realidades como essa é a percepção de que a transformação necessária em nossa sociedade está em curso. Vemos, também, que um evento pode despertar a discussão acerca de um determinado assunto em diferentes meios. Além de ter provocado uma revisão na postura do município de Gramado, em relação à acessibilidade, o evento e a temática da acessibilidade foram ainda tema de um programa de

---

<sup>29</sup> Disponível em <http://www.gramadosite.com.br/noticias/id:118986>.

<sup>30</sup> Informação obtida através de contato com a presidente do V *CBCA*.

televisão da UFRGS<sup>31</sup>, em virtude do trabalho realizado pela equipe da TV durante o encontro. As discussões a respeito da acessibilidade e da comunicação alternativa foram abordadas no programa Multiponto, que levanta informações e discussões de assuntos de relevância social, a partir de diferentes pontos.

Mudanças de pensamento e atitude, imprescindíveis para a construção de uma sociedade igual para todos, representam cada vez mais, sinais do entendimento de que as oportunidades e acessos devem ser iguais para todos os cidadãos, seja esse um indivíduo com deficiência ou não.

Portanto, é necessário que a legislação, representada pelo Poder Público, a educação e a sociedade em um geral permaneçam trabalhando, também, no aspecto de eliminação de barreiras atitudinais, não apenas ensinando e cobrando que a sociedade crie meios e locais acessíveis a todos, mas mostrando, também, a importância e extrema necessidade de mudanças culturais, que alterem conseqüentemente a forma de pensar da sociedade.

Isto posto, entendemos que a sociedade se constitui sim pela diferença e que as barreiras que representam essa diferença não podem ser alimentadas.

Temos, e devemos que construir uma sociedade para todos, não apenas para os todos iguais, mas inclusive para os todos diferentes, não somente no acesso a espaços essenciais e triviais, mas também a espaços de lazer e qualificação, como os eventos. Basta, portanto, de definir onde os sujeitos com deficiência podem ir, pois não se pode limitar o acesso de um surdo a um evento sobre surdez, a um cego, sobre cegueira, e assim por diante. O estudo aqui proposto evidencia a importância de não se limitar o sujeito e seus interesses à sua deficiência, à medida que não se limitou a acessibilidade à temática do evento.

Assim, além de se promover a inclusão será possível conquistar uma identidade individual e coletiva mais rica e com diferentes experiências, pois no contato com a alteridade é que se enriquecem as possibilidades culturais. Entender, portanto, que o mundo se constitui através das diferenças, não é só

---

<sup>31</sup> <http://www.youtube.com/watch?v=WutQ04AXFz0&list=PLBEA8E432D88DC432>

o papel das pessoas que trabalham diretamente com elas, mas também é função do profissional de Relações Públicas, no seu fazer profissional.

## REFERÊNCIAS

ABEOC. **Ranking ICCA de eventos internacionais 2012**. Associação Brasileira de Empresas de Eventos. 2013. Disponível em <<http://www.abeoc.org.br/2013/05/ranking-de-eventos-internacionais-icca-2013/>> . Acessado em março 2014.

AMARAL, Lígia Assumpção. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. In: AQUINO, Julio Groppa (Org.). **Diferenças e preconceito na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998, p. 11-28.

ANDRADE, Candido Teobaldo de Souza. **Para entender Relações Públicas**. São Paulo: Loyola, 1993.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 9050/2004**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004.

BAPTISTA, Arthur Henrique Neves, VILLAROUÇO, Vilma, MARTINS, Laura Bezerra. Método do Espectro de Acessibilidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 23., 2003, Minas Gerais. **Anais...** Minas Gerais, 2003.

BARROS, Antonio Teixeira de; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A elaboração do projeto de pesquisa. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Altas, 2005, p. 32 -50.

BERSCH, Rita. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. 2008. Disponível em <<http://proeja.com/porta/images/semana-quimica/2011-10-19/tec-assistiva.pdf>> Acessado em maio de 2014.

BERSCH, Rita; SARTORETTO, Mara Lúcia. **Assistiva: tecnologia e educação.** 2014. Disponível em <<http://www.assistiva.com.br/tassistiva.html>>. Acessado em março de 2014.

BRASIL. **Cresce número de eventos do exterior sediados no Brasil.** 2010. Disponível em <<http://brasil-economico.jusbrasil.com.br/politica/4792533/cresce-o-numero-de-eventos-do-externo-sediados-no-brasil>> Acessado em abril de 2014.

BRASIL. **Decreto nº 5.296**, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm)>. Acessado em março de 2014.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 12**, de 17 de outubro de 1978. Assegura aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc\\_anterior1988/emc12-78.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc12-78.htm)>. Acessado em março de 2014.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 1**, de 25 de novembro de 2003. Dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis acatados em nível federal, e outras categorias, conforme especifica. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=355>> .Acessado em março de 2014.

BRASIL. **O que é ICCA?** Segundo Encontro Latino-americano de Convention & Visitors Bureaux. 2009. Disponível em <<http://encontrocvb.blogspot.com.br/2009/08/o-que-e-icca.html%2025/03/2014>> . Acessado em abril de 2014.

BRASIL. **Vamos conhecer o Brasil: características da população.** Disponível em <<http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/caracteristicas-da-populacao>>. Acessado em março de 2014.

BRASIL. **O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília, 2004.

BRASIL. **População idosa do Brasil cresce**. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/ciencia-e-tecnologia/2011/04/populacao-idosa-no-brasil-cresce-e-diminui-numero-de-jovens-revela-censo>> . Acessado em março de 2014.

BRASIL. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Secretaria dos Direitos Humanos. Dezembro de 2010.

BUCHALLA, Cassia Maria; DI NUBILA, Heloisa Brunow Ventura. O papel das classificações da OMS – CID e CIF das definições de deficiência e incapacidade. In: **Revista Brasileira de Epidemiologia**, vol. 11, nº 2. São Paulo, 2008, p. 324 – 335.

BUENO, Wilson da Costa. A personalização dos contatos com a mídia e a construção da imagem das organizações. In: *Organicom*, Ano 2, Nº 2. **Avaliação e mensuração em comunicação organizacional**. São Paulo, 2005. Disponível em <<http://www.revistaorganicom.org.br/sistema/index.php/organicom/article/viewFile/19/15>> . Acessado em abril de 2014.

CARDOSO, Eduardo., Recursos de Acessibilidade em Ambientes Culturais: Contextualização e Aplicações. In: CARDOSO, Eduardo; CUTY, Jeniffer (Org.). **Acessibilidade em Ambientes Culturais**. Porto Alegre: Marca Visual, 2012, p. 38-59.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva**: com pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2007.

CAVALCANTE, T. C. F.; FERREIRA, S. P. A. Impedimentos cognitivos e a acessibilidade comunicacional na escola: contribuições da teoria de Vygotsky. **Revista Ciências & Cognição**, Rio de Janeiro, v.16, n.3, p. 43-56, dez. 2011.

CERQUEIRA, Jonir Bechara et al. **Louis Braille: sua vida e seu sistema**. 2. ed. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para cegos, 1999. Disponível em <[http://www.ibc.gov.br/media/common/Downloads\\_Livros\\_Louis%20Braille%20sua%20vida%20e%20seu%20sistema.txt](http://www.ibc.gov.br/media/common/Downloads_Livros_Louis%20Braille%20sua%20vida%20e%20seu%20sistema.txt)> . Acessado em maio 2014.

CESCA, Cleuza G. Gimenes. **Organização de eventos: manual para planejamento e execução**. São Paulo: Summus, 2008.

CONFORTO, Débora; SANTAROSA, Lucila M. C. Acessibilidade à Web: Internet para Todos. **Revista de Informática na Educação: Teoria, Prática**, v. 5, n.2, p. 1-22, novembro 2002.

DIAS, Vavá D'Arriaga. **Organização de Eventos: guia prático e relato de experiências**. Porto Alegre: Intermédio, 1996.

DISCHINGER, Marta; BINS ELY, Vera H. M.; PIARDI, Sonia M. D. G. **Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos: Programa de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público**. Santa Catarina: Ministério Público do Estado de Santa Catarina, 2012.

DUARTE, Marcia Yukiko Matsuuchi., Estudo de Caso. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Altas, 2005, p. 215-235.

FORTES, Waldyr Gutierrez Fortes. **Relações Públicas: processo, funções, tecnologia e estratégias**. São Paulo: Summus, 2003.

FRANÇA, Fábio. Conceituação lógica de públicos em relações públicas. In: **Estudos de Jornalismo e Relações Públicas**, Revista Semestral da FAJORP, junho de 2008, Ano 1, nº 1, p. 17-31.

FRANCO, E. P. C.; SILVA, M. C. C. da. Audiodescrição: breve passeio histórico. In: MOTTA, L. M. V. de M.; FILHO, P. R. (Org.). **Audiodescrição: transformando imagens em palavras**. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010, p. 23-42. Disponível

em<[http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/LIVRO\\_A\\_UDIODESCRICAO\\_TRANSFORMANDO\\_IMAGENS\\_EM\\_PALAVRAS.pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/LIVRO_A_UDIODESCRICAO_TRANSFORMANDO_IMAGENS_EM_PALAVRAS.pdf)> . Acessado em maio de 2014.

GIACAGLIA, Maria Cecília. **Organização de eventos: teoria e prática**. São Paulo: Cengage Learning, 2003.

GIÁCOMO, Cristina. **Tudo Acaba em Festa: evento, líder de opinião, motivação e público**. São Paulo: Scritta, 1997.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2007.

GRUNIG, James E. Uma teoria geral das Relações Públicas: quadro teórico para o exercício da profissão. In: FERRARI, Maria Aparecida; FRANÇA, Fábio; GRUNIG, James E. (Org.). **Relações Públicas: teoria, contexto e relacionamentos**. São Paulo: Difusão, 2011, p. 17 – 129.

LOPES, Valéria de Siqueira Castro. O relações-públicas como gestor da imagem e a importância da mensuração dos resultados em Comunicação Corporativa. In: Organicom. **Avaliação e Mensuração em Comunicação Organizacional**. Ano 2, número 2, 1º semestre de 2005. São Paulo, 2005.

MARSOLA, Cristiane. **Mercado de eventos viverá década de ouro**. 2011. Disponível em <<http://exame.abril.com.br/marketing/noticias/mercado-de-eventos-vivera-decada-de-ouro>> . Acessado em março de 2014.

MATIAS, Marlene. **Organização de eventos: procedimentos e técnicas**. São Paulo: Manole, 2001.

MELO, Ricardo de. **5 leitores de tela para seu computador**. 2011. Disponível em<[http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/LIVRO\\_A\\_UDIODESCRICAO\\_TRANSFORMANDO\\_IMAGENS\\_EM\\_PALAVRAS.pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/LIVRO_A_UDIODESCRICAO_TRANSFORMANDO_IMAGENS_EM_PALAVRAS.pdf)> . Acessado em maio de 2014.

MONITOR, International Disability Rights. **Monitoreo Internacional de los Derechos de las Personas con Discapacidad**. Chicago, 2004.

PEREIRA, Ana Cristina Cypriano. **Inclusão de Pessoas com Deficiência no Trabalho e o Movimento da Cultura Organizacional**: uma análise multifacetada de uma organização. 2011. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação, Porto Alegre, 2011.

PERUZZO, Círcia Maria Krohling., Observação participante e pesquisa-ação. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005, p. 125-145.

PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães; RODRIGUES, Rejane Penna. Subsídios para pensar os legados de megaeventos esportivos, em seus tempos presente, passado e futuro. In: DaCOSTA, Lamartine P; PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães; RODRIGUES, Rejane Penna; TERRA, Rodrigo. (Org.). **Legados de megaeventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008, p. 21 – 25.

PORTO ALEGRE. **Lei Municipal nº 8.632**, de 27 de outubro de 2000. Torna obrigatória a apresentação de cardápios escritos no Sistema Braille em todos os bares, restaurantes, lanchonetes, hotéis, motéis e congêneres. Disponível em < <http://www.portaldeacessibilidade.rs.gov.br/legislacao/7/283>> .Acessado em abril de 2014.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2007.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto Estadual nº 48.292.**, de 26 de agosto de 2011. Institui o Programa de Acessibilidade de Comunicação nas compras e edições de publicações, e dá outras providências. Disponível em < <http://www.faders.rs.gov.br/legislacao/5/442>> .Acessado em abril de 2014.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto Estadual nº 48.293**, de 26 de agosto de 2011. Dispõe sobre os critérios de acessibilidade aos eventos realizados no

âmbito do estado do Rio Grande do Sul. Disponível em <<http://www.faders.rs.gov.br/legislacao/5/443>> . Acessado em abril de 2014.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei Estadual nº 12.227**, de 05 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a adaptação dos veículos do Sistema Estadual de Transporte Metropolitano de Porto Alegre (RMPA) com dispositivos de acesso às pessoas portadoras de deficiência física, obesas, gestantes e idosos. Disponível em <<http://www.faders.rs.gov.br/legislacao/5/54>> .Acessado em abril de 2014.

SARRAF, Viviane Panelli., *Acessibilidade para Pessoas com Deficiência em Espaços Culturais e Exposições: Inovação no Design de Espaços, Comunicação Sensorial e Eliminação de Barreiras Atitudinais*. In: CARDOSO, Eduardo; CUTY, Jeniffer (Org.). **Acessibilidade em Ambientes Culturais**. Porto Alegre: Marca Visual, 2012, p. 60-78.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SILVA, Mariângela Benine Ramos. **O Evento Como Estratégia na Comunicação das Organizações**: Modelo e Planejamento e Organização. Universidade Estadual de Londrina, 2003. Disponível em <<http://www.portal-rp.com.br/bibliotecavirtual/eventosecerimonias/0321.pdf>> Acessado em abril de 2014.

STUMPF, Ida Regina C., *Pesquisa Bibliográfica*. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005, p.51-61.

## ANEXOS

Anexo A – Planta Pavimento 1 do centro de eventos da FAURGS.



Fonte: Site Centro de Eventos FAURGS

## Anexo B – Manual de Palestrantes



Porto Alegre, 08 de julho de 2013.

***Prezados Palestrantes e Apresentadores de Trabalhos***

É com imensa satisfação contar com vocês no V Congresso Brasileiro de Comunicação Alternativa.

O público alvo deste encontro é constituído por estudantes, professores, pesquisadores, profissionais, usuários de Comunicação Alternativa (CA) e seus familiares. E seu objetivo é promover o intercâmbio de experiências, conhecimentos e pesquisas sobre o tema da Comunicação Alternativa, estabelecendo redes de colaboração. Pensando na diversidade de público adotamos alguns critérios mínimos de acessibilidade que permitam à todos o participantes, independente da sua condição, acessar seu material e participar de forma autônoma deste debate.

Desta forma, organizamos este material em parceria com a *Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e para Pessoas com Altas Habilidades do Rio Grande do Sul* (FADERS) para contemplar diversos aspectos que dizem respeito às apresentações que ocorrerão durante o evento.

**Critérios de Acessibilidade e outros cuidados na produção da apresentação:**

Você poderá utilizar qualquer software de apresentação (*power point, impress, etc.*), porém é importante garantir alguns critérios para que as pessoas possam ter acesso às informações, são eles:

1. Os elementos textuais da sua apresentação devem ser escritos em fontes como: Verdana ou Arial e com tamanho suficiente para ser lido pela maioria das

peças (tamanho ideal acima de 32);

2. Além do tipo de fonte é necessário observar as cores utilizadas na construção dos slides. Cores no plano de fundo e primeiro plano devem oferecer bom contraste para pessoas com baixa visão;

3. Há dois tipos de contraste: brilho e cor. Pessoas daltônicas têm dificuldades com a percepção das cores vermelha e verde;

4. Use, preferencialmente, cores de fundo escuras e cores brilhantes para evitar ofuscamento;

5. Uma fonte de cor branca num plano de fundo azul escuro é uma boa combinação;

6. Figuras e gráficos, quando utilizados na apresentação, devem possuir uma boa resolução;

7. Evite utilizar animação ou transições com animações, pois estas podem não ser visualizadas por usuários de leitores de telas;

8. Numere seus slides, pois facilitará a indicação para que as pessoas usuárias de leitores de tela possam localizar e acompanhar sua apresentação;

9. No momento da apresentação:

10. Ao utilizar o microfone, apresente-se fora do mesmo, para que o público com deficiência visual possa identificar a origem da voz;

11. Apresente cada slide, com as informações, descrevendo as imagens que são importantes na sua apresentação.

12. Solicitamos a gentileza de encaminhar para o **Comitê de Acessibilidade** sua apresentação até o dia **15 de agosto**, para que possamos disponibilizá-la para os participantes com deficiência visual, facilitando assim, a sua participação;

13. Caso você não possa encaminhar para o Comitê de Acessibilidade sua apresentação, sugerimos que disponha da mesma num dispositivo de memória (USB) para que pessoas com deficiência visual possam baixá-la ou copiá-la em seus laptops, caso solicitem.

14. O tempo de apresentação das Mesas será de 20 minutos e 10 minutos para debate. A organização da dinâmica de cada mesa ficará a cargo do coordenador em conjunto com os seus palestrantes.

Em caso de dúvidas, na organização da sua apresentação, saiba que pode contar com o Comitê de Acessibilidade pelo e-mail: [gracifrodrigues@gmail.com](mailto:gracifrodrigues@gmail.com)

**Prof. Dra. Líliliana Maria Passerino**  
Presidente do V Congresso Brasileiro de Comunicação Alternativa  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Material elaborado pela Equipe Técnica da Faders com subsídios das diretrizes WBU – World Blind Union (União Mundial de Cegos) do Power Point, com contribuição da Profa. Elisabet Dias de Sá; Cartilha Atitudes que fazem a diferença com Pessoas com Deficiência – FADERS; Cartilha Dicas de Convivência com Pessoas com Deficiência – FADERS/Assembleia Legislativa RS.

Fonte: Comissão Organizadora V Congresso Brasileiro de Comunicação Alternativa